



**SUSANA INÊS
GONÇALVES
CARDIGOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM EDIÇÃO NA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**



**SUSANA INÊS
GONÇALVES
CARDIGOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM EDIÇÃO NA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita, Professora Associada do Departamento de Línguas e Culturas, da Universidade de Aveiro e supervisão do Professor Doutor Delfim Ferreira Leão, Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra.

o júri

presidente

Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutor Delfim Ferreira Leão
Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (arguente)

Prof. Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita
Professora Associada da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Ào Doutor Delfim Leão, à Dra. Maria João Padez e a toda a equipa da Imprensa da Universidade de Coimbra pelo acolhimento, pela orientação, pela ajuda prestada e pelos conhecimentos que me transmitiram;

Aos meus colegas de estágio – Irma Čižauskaitė, Nuno Riço e Tânia Oliveira – que partilharam esta aventura comigo;

À Professora Doutora Teresa Cortez, pela valiosa orientação na elaboração deste relatório;

À minha família, pelo apoio e encorajamento que sempre me tem dado, especialmente em relação à minha formação académica.

palavras-chave

estudos editoriais, edição, edição digital, edição académica, digitalização, revisão de texto, marketing

resumo

No presente relatório são apresentadas as atividades de um estágio em edição realizado na Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC), no âmbito do Mestrado em Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro, entre 5 de dezembro de 2011 e 12 de abril de 2012. Na primeira parte deste trabalho procura-se caracterizar brevemente a IUC na atualidade, designadamente, no que respeita à política editorial e ao catálogo. Na segunda e última parte são abordadas as várias atividades desenvolvidas ao longo do estágio (digitalização, revisão de texto, controlo de qualidade de impressão, comunicação e administração e orçamentação).

keywords

publishing studies, publishing, digital publishing, academic publishing, digitisation, proofreading, marketing

abstract

This report contains the presentation of the activities of an internship held at Coimbra University Press (CUP), as part of the Master in Publishing Studies of the University of Aveiro, from 5th December 2011 until 12th April 2012. In the first part of this work CUP is briefly described from a current perspective in terms of its publishing criteria as well as front and backlist. The second and last part focuses on all the activities developed during the internship (digitisation, proofreading, printing quality control, communication and administration and budgeting).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
1. A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO PRESENTE.....	5
1.1. Política editorial.....	6
1.2. O catálogo.....	10
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE ESTÁGIO.....	14
2.1. TRABALHO REALIZADO NA PLATAFORMA POMBALINA.....	14
2.1.1. A edição digital e o seu papel na edição académica.....	15
2.1.1.1. Da edição em papel à edição eletrónica.....	15
2.1.1.2. O impacto na edição académica	18
2.1.2. Digitalização de obras antigas para disponibilização na plataforma POMBALINA	22
2.1.3. Disponibilização da versão eletrónica das obras recentes na plataforma POMBALINA	25
2.1.4. A IUC face à edição digital	26
2.2. REVISÃO DE TEXTO	32
2.3. CONTROLO DE QUALIDADE DE IMPRESSÃO.....	41
2.4. COMUNICAÇÃO.....	42
2.4.1. A comunicação como elemento do <i>marketing-mix</i>	42
2.4.2. A avaliação do <i>site</i> da IUC	46
2.4.3. Comunicados de imprensa.....	48
2.4.4. Sessões de lançamento	49
2.5. ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	57
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Estudos Editoriais, realizei um estágio curricular na Imprensa da Universidade de Coimbra,¹ que decorreu durante quatro meses, entre 5 de dezembro de 2011 e 12 de abril de 2012. É sobre o trabalho realizado neste estágio que incide o presente relatório.

A história da Imprensa da Universidade de Coimbra remonta ao século XVI, sendo, por isso, uma editora especial e com um passado único. Ao longo de séculos teve um papel importante e ativo na nossa história cultural e académica, até que, em 1934, foi extinta por ordem de António de Oliveira Salazar. Só no final dos anos 90 voltou a ser reativada, tendo o processo ficado concluído em 1998, com a eleição do Professor Fernando Regateiro para Diretor da Imprensa da Universidade. O Conselho Editorial iniciou funções em maio de 1999 e em julho foi aprovado o Regulamento da Imprensa pelo Senado (cf. IUC, 2011d).

A Imprensa da Universidade de Coimbra tem hoje uma forte presença na edição académica portuguesa, que tem procurado dinamizar, designadamente, através da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior (APEES).² A aposta mais recente na edição eletrónica é outro exemplo do seu dinamismo e da atenção prestada às mudanças do mundo editorial.

Ao longo deste estágio, tive a oportunidade de desenvolver várias atividades, que classifiquei em cinco grandes áreas: edição digital, revisão de texto, controlo de qualidade de impressão, comunicação e administração/orçamentação.

O campo da edição digital incluiu a digitalização de obras, com a finalidade de virem a fazer parte da plataforma POMBALINA, um projeto ambicioso que futuramente disponibilizará ao público diversas obras editadas pela Imprensa. Participei na digitalização de um conjunto de obras pré-selecionadas pelo Diretor da Imprensa a partir do Catálogo Pombalino, contendo obras publicadas entre meados do século XVIII e 1934. Para além da descrição e caracterização das tarefas que executei, também as enquadro

¹ Também designada por Imprensa ou pela sigla IUC ao longo do relatório.

² A Universidade de Coimbra foi uma das universidades fundadoras desta organização, juntamente com a Universidade do Porto, a Universidade Fernando Pessoa e a Universidade Lusíada, em 2007. Em 2009, outras nove instituições se juntaram à APEES: a Universidade de Aveiro, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade Autónoma de Lisboa, a Universidade Aberta, a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Porto, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa.

teoricamente no quadro da edição digital, focando-me especialmente no contexto académico.

Outra vertente do meu estágio incluiu a revisão de provas, uma atividade exigente e complexa, pois, para além da capacidade de detetar erros, quer a nível de formatação, quer de conteúdo, também é preciso saber tomar as decisões mais adequadas à obra em revisão, atendendo a princípios de uniformização e coerência e levando em conta a vontade do próprio autor. Destaco especialmente duas situações, a revisão de uma obra escrita em inglês e de outra em português respeitando o Acordo Ortográfico (algo que nunca tinha feito previamente), trabalhos que me desafiaram de uma forma diferente.

Participei igualmente num controlo de qualidade de impressão de uma obra, uma vez que a maior parte dos exemplares não vinha em condições de comercialização. Essa experiência provou ser bastante enriquecedora, ao permitir a aquisição de alguns conhecimentos relacionados com a vertente gráfica. A apresentação da experiência adquirida na área da comunicação encontra-se dividida em três partes: a escrita de comunicados de imprensa, a avaliação crítica do *site* da Imprensa da Universidade de Coimbra e a presença em sessões de lançamento de obras, o que, no seu conjunto, me permitiu conhecer melhor alguns elementos da política de comunicação da Imprensa. Todas estas dimensões contribuem para a construção da imagem da IUC e, ao mesmo tempo, também são formas de comunicação dessa mesma imagem.

Desempenhei igualmente tarefas de administração e orçamentação, incluindo pedidos de orçamento para diversas obras a várias gráficas e posteriores exercícios de cálculo de custos. Estes exercícios são uma ajuda importante na tomada de decisões relativamente às gráficas onde as obras irão ser impressas e na definição dos preços de capa, bem como no cálculo do *break even point* e das vendas necessárias para que esse ponto morto seja atingido. Efetuei também pedidos de ISBN à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), e realizei ainda o levantamento do número de imagens digitalizadas nos anexos de uma obra (com o propósito de pedir um orçamento para o tratamento das mesmas), a atualização da informação referente ao estado das obras (em fase de produção e já publicadas) nas devidas listas e plataformas de uso interno e outras tarefas menores.

Em jeito de conclusão, teço no meu relatório de estágio algumas considerações finais, procurando fazer uma avaliação crítica das várias atividades que fui executando, ao mesmo tempo que reflito sobre as aprendizagens que fiz e sobre as que gostaria de ter feito.

1. A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO PRESENTE

A Imprensa da Universidade de Coimbra havia sido extinta em 1934, dado ser uma «poderosa arma política», o que não convinha ao governo da altura, pelo perigo que poderia colocar (IUC, 2011d). Nos anos 80, teve início um processo de defesa da reativação da IUC, e foi contemplada nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1989 a criação da *Imprensa da Universidade*, que deveria ter a missão de definir a «política editorial da Universidade, competindo-lhe igualmente programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico», bem como «gerir a distribuição, a venda e o intercâmbio de publicações» (IUC, 2011d).

A Imprensa regressou à atividade no final de 1998, com a eleição do Professor Fernando Regateiro para Diretor da Imprensa da Universidade. O Conselho Editorial iniciou funções em maio de 1999 e, em julho, foi aprovado o Regulamento da Imprensa pelo Senado. Ainda no mesmo ano, passou a estar ao dispor da Imprensa a Livraria da Imprensa da Universidade (recuperando-se assim uma tradição iniciada no século XVIII) (cf. IUC, 2011d).

Desde que a Imprensa retomou a sua atividade que procurou recuperar o máximo possível do seu espólio, que se encontrava em posse da Imprensa Nacional desde 1934. Em 2001, foi devolvido à Universidade de Coimbra parte desse mesmo espólio, contendo documentos, gravuras em cobre, tipos em madeira, tipos em metal e vinhetas. Em abril de 2007, a IUC voltou à sua primeira casa, um edifício contíguo à Sé Velha, cuja construção ficara concluída em junho de 1773 (cf. IUC, 2011d).

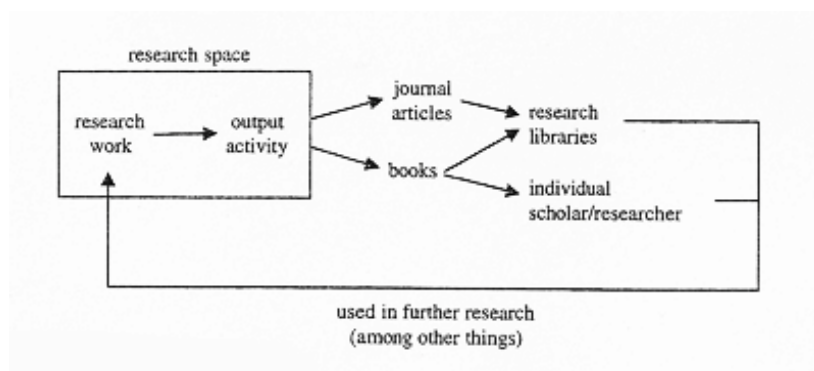
Na altura da elaboração deste relatório a equipa da Imprensa era composta pelo Doutor Delfim Leão como Diretor; a Dra. Maria João Padez assume o cargo de Diretora-Adjunta; o Dr. António Barros é o Diretor de Imagem; a Dra. Sandra Português é Assistente Editorial; na área da Infografia e Multimédia temos Carlos Costa, Mickael Silva e Xavier Gonçalves; Catarina Salgado está encarregada do Secretariado de Edição e Faturação, Graça Gonçalves das Vendas e Consignações e Carla Marques ocupa-se da ID@UC – Serviço de Publicações Periódicas Digitais. Após esta breve apresentação da Imprensa, irei falar sobre a sua política editorial e o seu catálogo.

1.1. Política editorial

A política editorial da Imprensa é cultivada de acordo com os objetivos que estão estipulados no seu Regulamento e que consistem em «definir e executar a política editorial da Universidade», «programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico» e «desenvolver atividades e promover iniciativas de índole cultural, científica, pedagógica e promocional, que se enquadrem nos seus fins» (IUC, 2011g).

A atividade editorial desenvolve-se em torno das áreas de conhecimento científico, artístico, cultural, pedagógico-didático, bem como de documentos e história da Universidade de Coimbra, e o seu grande objetivo é a edição de obras que tenham relevância didática e/ou científica, tendo em consideração os objetivos editoriais da Imprensa. A ênfase na questão do ensino é evidenciada pela prioridade dada às obras de carácter pedagógico-didático, especialmente aos manuais (cf. IUC, 2011f).

A edição académica, definida pela relação entre as editoras e as instituições (e as suas atividades de investigação científica e académica), faz parte de um processo/trabalho de pesquisa mais alargado, cujos elementos-chave são destacados no esquema seguinte (cf. Thompson, 2005: 81).



Esquema 1 – O processo de investigação segundo Thompson. (2005: 82)

Ao promover este tipo de edição, a Imprensa está a cumprir duas funções: a disseminação e a certificação. A primeira diz respeito não apenas à mera disponibilização dos resultados de uma investigação ou estudo, mas a uma disponibilização devidamente concebida, de forma a permitir o reconhecimento e validação por parte de outros (cf. Thompson, 2005: 82); a certificação diz respeito ao facto de que a própria organização que publica os resultados de dado estudo vai legitimá-los, dando-lhes um valor que não teria caso tivessem sido simplesmente disponibilizados pelo investigador sem serem

propriamente publicados (cf. Thompson, 2005: 82-83), ou seja, a IUC, ao publicar uma dada obra, está a transferir para esta o valor que a casa editora possui. Se a obra foi publicada, é porque, à partida, passou por um processo rigoroso de seleção, que inclui a revisão por pares, o qual se constitui como garantia de qualidade (cf. Thompson, 2005: 83).

Para que a Imprensa possa alcançar os seus objetivos, pode celebrar convénios, protocolos ou acordos de cooperação com instituições idênticas e/ou com outras entidades, públicas ou privadas (artigo 1º do Regulamento) (cf. IUC, 2011g). As coedições são o exemplo mais paradigmático desse tipo de colaboração. Os originais a editar pela IUC podem chegar à editora por meio de diferentes procedimentos: por meio de autoproposta por parte do autor ou a própria editora pode propor aos autores a escrita de textos sobre temas relevantes (tendo em conta os objetivos editoriais definidos). A IUC pode igualmente publicar traduções de obras de referência ou didáticas ainda não disponíveis em língua portuguesa (cf. IUC, 2011f).

Existem determinados procedimentos para a apresentação de propostas e normas que têm que ser cumpridas pelos autores. As propostas de projetos editoriais devem ser apresentadas por escrito ao Diretor da Imprensa e devem ser devidamente fundamentadas. São também requeridas informações detalhadas em relação à extensão do trabalho a publicar e às suas características (imagens, gráficos, tabelas, etc.). A proposta deverá também incluir uma avaliação do potencial mercado-alvo e a menção de possíveis financiamentos (internos ou externos à Universidade de Coimbra) (cf. IUC, 2011a).

Caso a proposta seja aprovada, a versão final e integral da obra tem que ser entregue dentro do prazo-limite estipulado. Para além disso, a proposta precisa ainda de vir acompanhada do currículo resumido do autor, e de uma ficha de entrega de originais assinada pelo mesmo (ver anexo 1), contendo os seus contactos completos, Número de Identificação Fiscal e Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão, bem como a informação respeitante ao material que entregou à IUC (cf. IUC, 2011a).

Ao entregar os textos, os autores também devolverão assinada uma Declaração de Autoria e Autorização de Publicação – DAAP (ver anexo 2). O autor autoproposto, depois da aprovação da sua proposta pelo Conselho Editorial, deverá aceitar a escolha da Imprensa relativamente à linha editorial, ou seja, a série ou coleção em que será incluída a sua obra, bem como o modelo de capa e a mancha gráfica correspondentes (cf. IUC, 2011a). Para que os processos de publicação das obras possam arrancar, é igualmente

necessária uma arbitragem científica das mesmas, e esta é realizada por personalidades (no mínimo, dois especialistas) devidamente reconhecidas pela sua competência na área em que a obra se enquadra e que podem ou não pertencer a uma instituição portuguesa (cf. IUC, 2011f).

Na primeira reunião com a IUC, é entregue ao autor um exemplar com as normas de publicação (relativamente à entrega e organização dos documentos, ao material gráfico e ilustrações, ao formato e estrutura do texto e às normas para as referências bibliográficas) e aquele deverá assinar uma cópia desse exemplar de normas para posterior arquivo na IUC (cf. IUC, 2011a).

O Conselho Editorial da IUC dará prioridade às obras para o ensino universitário e procurará assegurar uma representação equilibrada das várias áreas de conhecimento. Para além disso, por princípio, não serão publicadas teses de mestrado ou de doutoramento nem atas de colóquios muito especializados (cf. IUC, 2011a).

Os órgãos constituintes da Imprensa da Universidade são o Diretor, cuja nomeação é proposta pelo Reitor ao Senado, e cujo mandato, de quatro anos, termina quando o Reitor cessa funções; um Diretor-Adjunto, nomeado pelo Reitor mediante proposta do Diretor; e um Conselho Editorial (artigos 4º e 5º do Regulamento da IUC) (cf. IUC, 2011g). Para além destes órgãos, a Imprensa tem ao dispor um Gabinete de Apoio nomeado pelo Reitor por proposta do Diretor, que colabora nas atividades da editora (artigo 11º) (cf. IUC, 2011g).

Ao Diretor da Imprensa compete a convocação do Conselho Editorial para as reuniões (às quais preside), a coordenação dos trabalhos de definição da política editorial da Universidade, a garantia da execução do plano de edições da Imprensa, assim como da sua distribuição, comercialização e intercâmbio. Cabe igualmente ao Director preparar os planos e os relatórios anuais e plurianuais de atividades, o projeto de orçamento e a conta de gerência, para serem apresentados ao Reitor (artigo 6º) (cf. IUC, 2011g).

Segundo os artigos 7º e 8º, é ao Conselho Editorial (CE) que cabe a decisão sobre as linhas gerais da política editorial da Imprensa da Universidade, bem como sobre os critérios que assistem à encomenda de trabalhos para publicação. Para além disso, os membros do CE também emitem pareceres sobre o mérito das obras a publicar e/ou apontam especialistas que possam ajudar nessa tarefa. O Conselho Editorial reúne, pelo menos, uma vez por trimestre, mas pode haver mais reuniões, desde que convocadas pelo

Diretor ou a pedido de um terço dos membros do Conselho. Os membros do CE são o Diretor da IUC, um professor indicado pelo Conselho Científico ou órgão equiparado de cada uma das unidades orgânicas da Universidade, dois membros do Senado eleitos em Plenário (um dos quais estudante) e duas personalidades indicadas pelo Reitor. Exceto o mandato do estudante (com a duração de dois anos), todos os mandatos são válidos por quatro (cf. IUC, 2011g).

Os autores serão preferencialmente docentes ou investigadores da Universidade e terão direito ao pagamento de direitos de autor, quer em montante em dinheiro, quer em oferta de determinado número de exemplares (dependendo da vontade do autor expressa no contrato de edição) (cf. IUC, 2011f).

Se a obra obtiver luz verde para publicação (após as alterações realizadas, no caso de a arbitragem científica as sugerir), será celebrado o contrato de edição entre o autor e a casa editora. O autor passará a acompanhar o processo de publicação, ficando responsável pela revisão das primeiras provas por inteiro, encarregando-se a IUC das subseqüentes (podendo, contudo, pedir ao autor a revisão de segundas ou de terceiras provas, se necessário). A elaboração do índice remissivo também estará a cargo do autor da obra, e, para tal, a editora disponibilizará ao autor uma cópia da versão final da obra já paginada. As imagens fornecidas, bem como os gráficos e as equações, também devem respeitar os critérios definidos pela IUC e as imagens devem incluir os devidos créditos (ver anexo 3 – Declaração para cedência de imagens) (cf. IUC, 2011a).

É importante definir critérios para este tipo de situações, porque, como a IUC é uma editora de índole académica e científica, muitas vezes as obras incluem não apenas texto principal, mas também notas de apoio, imagens, gráficos, desenhos, fotos, fórmulas e equações, e é essencial que haja rigor, precisão e correção no conteúdo e na forma como é apresentado.

Se o processo de publicação estiver a decorrer e o autor desejar efetuar alterações ao conteúdo da obra, a IUC encarará esta situação como uma interrupção do processo, regressando ao seu ponto inicial (como se fosse uma nova publicação). As despesas tidas até à interrupção do processo de produção da obra deverão ser reembolsadas à IUC (nomeadamente de paginação). Em casos normais, a produção final das obras deverá demorar cerca de quatro a oito meses, a partir do momento em que as versões definitivas

são aprovadas para publicação. Ainda assim, este prazo pode ser sujeito a modificações, dependendo do programa anual da editora (cf. IUC, 2011a).

Ainda que a língua portuguesa seja o idioma por excelência das edições, não está excluída a possibilidade de publicação numa língua estrangeira, considerando o autor e o possível público-alvo da obra em questão (cf. IUC, 2011f).

Cada obra da IUC terá um preço de capa, ponderado tendo em atenção os custos de produção, e deverá ser rentabilizada, tendo em conta as complexidades do mercado específico da obra e as próprias capacidades financeiras da editora. Por isso, a Imprensa estipula como um dos seus princípios gerais a procura das formas de distribuição e comercialização para cada uma das obras editadas (contratos, parcerias e/ou distribuição direta) (cf. IUC, 2011f).

Neste sentido, a IUC pode celebrar protocolos de colaboração com outras editoras comerciais ou universitárias. Verificamos que as publicações da Imprensa chegam a diversos pontos de venda, principalmente a livrarias de âmbito mais científico e técnico, muitas vezes associadas a instituições universitárias, mas não só. Existem inclusive três pontos de venda em Espanha (Madrid, Saragoça e Barcelona) (cf. IUC, 2011c) e há um acordo com uma distribuidora italiana (Casalini Libri) que vende para vários pontos na Europa.

Será também interessante dar destaque aos patrocínios e apoios da Imprensa, muitas vezes essenciais para viabilizar a produção e publicação de obras. Estes podem vir de organismos públicos, como câmaras municipais, centros de investigação, fundações e instituições, ou de empresas privadas de áreas tão diversas como as ciências farmacêuticas, as tecnologias da informação, a construção civil e obras públicas ou a indústria bancária (cf. IUC, 2011e).

Na Livraria da Imprensa da Universidade podem ser encontradas para venda ao público obras da Imprensa e da Universidade, tal como outras obras fundamentais no âmbito das áreas de conhecimento dos vários cursos lecionados na Universidade de Coimbra. Aqui é centralizada a distribuição e/ou os contactos finais com os distribuidores (cf. IUC, 2011f).

1.2. O catálogo

Como a Imprensa publica em diversos domínios, é natural que as obras estejam organizadas em séries e coleções devidamente identificadas, sob a coordenação de

especialistas e da Imprensa (cf. IUC, 2011f). O catálogo da IUC é composto por 23 coleções/séries, às quais acrescem as revistas e alguns *e-books* gratuitos (cf. IUC, 2011b). Até agora, a Imprensa publicou, entre 1999 e 2011, 359 obras. De uma forma geral, a IUC tem vindo a alargar progressivamente o número de livros editado a cada ano, tendo começado com três em 1999 e atingindo o máximo de 73 em 2011.

Relativamente às séries, uma é dedicada ao *Ensino*, tendo sido criada para apoiar e auxiliar os estudantes do ensino universitário. Nela podemos encontrar obras sobre uma grande diversidade de áreas científicas, desde a arte à geografia, passando pela medicina, química, biomatemática, diferentes engenharias, ciências da educação, radiologia, desenho, ecologia, tecnologia, pedagogia, física, biologia, história, direito, economia, filosofia e sociologia, entre outras.

É de destacar o facto de esta coleção ocupar o primeiro lugar no catálogo, reforçando a importância que a Imprensa dá às obras pedagógico-didáticas. Isto vai ao encontro da reflexão de John Thompson sobre as estratégias das editoras relativamente às transformações na edição académica, neste caso a «list diversification» (Thompson, 2005: 141) É feita uma aposta na diversificação dos tipos de livros que são publicados, dependendo menos das monografias académicas como fonte de receita. A ideia é investir em livros que gerem mais receita por título e que tenham um ciclo de vida mais longo e lucrativo como obras de fundo de catálogo (cf. Thompson, 2005: 141, 146).

Ao fazer isto, Thompson introduz o conceito de «field migration», isto é, as editoras apostam em campos que poderão ou não ser adjacentes à pura edição académica, atraídos pelas oportunidades de lucros e de crescimento, mas há que ter a noção dos riscos e custos (cf. Thompson, 2005: 141-142). Neste caso, a área dos manuais é adjacente à edição tipicamente académica, e, como nos diz Thompson, muitas das obras publicadas pelas editoras académicas são vendidas no mercado dos manuais, sendo usadas com propósitos educativos (cf. Thompson, 2005: 146). Como este tipo de editoras já tinha um pé nesta área, era perfeitamente possível expandir as atividades para o mercado dos manuais sem ter de alterar radicalmente as rotinas de publicação. Para além disso, existe também um cruzamento entre ambos os tipos de edição ao nível dos autores e, até certo ponto, há uma sobreposição relativamente aos mercados, na medida em que, na sua essência, se localizam no mundo do ensino superior (cf. Thompson, 2005: 146-147).

A série *Documentos* inclui tudo o que se relacione com a cidade de Coimbra e a sua Universidade, os seus Mestres e a sua Associação Académica, bem como reuniões científicas (nacionais e internacionais) que aconteceram nesta mesma cidade. Inclui ainda as normas e os regulamentos internos ligados ao funcionamento da Universidade e/ou das suas unidades orgânicas e serviços.

Como editora académica que é, a Imprensa também acolhe variados trabalhos de investigação (série *Investigação*), relacionados com pesquisas de mestrado e de doutoramento, mas adaptados para o público comum. Aqui podemos encontrar obras nos campos da psicologia e pedagogia, história, cultura, geografia, ciências da terra, assim como nas áreas da paleografia, química, economia, linguística, geologia, literatura e do desporto, etc.

No ano de 2011 foi iniciada uma nova série denominada *Coimbra Companions* com a obra *Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos*, com o objetivo de proporcionar aos leitores uma visão abrangente e segura de diversas áreas de conhecimento, através da participação de especialistas que exploram de forma aprofundada, crítica e atual conceitos, figuras e principais problemas das temáticas em análise.

Em relação às coleções, umas encontram-se no âmbito de campos do saber como a arquitetura (*Arquitetura*, sobretudo com trabalhos realizados no contexto de teses de doutoramento), a medicina (*Ciências da Saúde*, com o intuito de complementar didaticamente as áreas mais especializadas da medicina), a cultura científica (*Ciências e Culturas*, que reúne trabalhos resultantes da investigação da relação da história das várias ciências com a sociedade e os *media*), as humanidades (*Estudos – Humanidades*, englobando obras produzidas no campo de saberes como a filosofia, a comunicação, as artes, a geografia e a história, bem como as línguas e as literaturas, destinadas a um público mais alargado), as ciências da natureza (*Natura Naturata*, com obras de formato pequeno, de forte cariz pedagógico, sobre o património animal e vegetal), e a gestão empresarial e estratégias de empreendedorismo (*Empreendedorismo e Gestão*).

A IUC tem no seu catálogo importantes coleções no campo das Humanidades. Começaria por referir uma intitulada *República* (focada nas últimas décadas do século XIX até à atualidade), dando outra pelo nome de *História Contemporânea* (centrada nos últimos três séculos) e ainda uma chamada *Portugaliae Monumenta Neolatina* (incluindo obras de

figuras relevantes do Humanismo Português que escreveram em Latim, tornando-se representantes da literatura neolatina nas suas diferentes dimensões). De referir que esta coleção tem a parceria da Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos. Ao falar de Humanismo e Renascimento Português, é inevitável pensar-se em Camões, e a Imprensa possui uma coleção em que este vulto da literatura portuguesa é a figura principal. A coleção *Camoniana*, com o apoio do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, pretende obviamente divulgar a obra de Camões, mas também dar a conhecer novos trabalhos sobre o autor.

Ainda no âmbito das Humanidades e das Artes, há a destacar outras coleções. A coleção *Olhares* é dedicada à estética, à criação artística e ao espaço público. A coleção dedicada ao teatro (*Dramaturgo*) tem um tratamento especial que a distingue das outras, nomeadamente no diferente tipo de papel usado na capa e no miolo das obras, dotando-a de um aspeto mais cuidado e sofisticado. A coleção *Li* procura ser um espaço para aqueles grandes textos literários ou científicos que se foram esquecendo, dadas as circunstâncias do mundo editorial (para já possui apenas uma obra de Paul Valéry). *Classica Instrumenta* é, como o nome sugere, uma coleção sobre a cultura clássica e, através da coleção *Lusitana Organa*, pretende-se a promoção do património material constituído pelos órgãos de Portugal, mostrando a relação da música com os espaços em que os órgãos se inserem, a riqueza dos aspetos técnicos de cada instrumento e a ampla literatura musical existente (na sua maioria inédita). A série *Leonardo* originalmente não pertencia à Imprensa e é um espaço para obras sobre temas italianos. Nos *Outros Títulos* podemos encontrar todas aquelas obras que não se enquadram em nenhuma das coleções anteriormente referidas.

Pareceram-me especialmente interessantes as coleções *Estado da Arte* e *Descobrir as Ciências*. A primeira investe no formato de livro de bolso e com um preço de capa abaixo dos nove euros. Foi pensada para o grande público, com livros não muito extensos (cerca de 100 páginas) e de índole didática que abordam temas genéricos associados à ciência, à cultura e à vida social, relevantes no presente. São escritos de uma forma simples e acessível e sem o peso associado à escrita académica (tipicamente com muitas notas de apoio e uma extensa bibliografia). Os livros caracterizam-se pela simplicidade, sendo usadas apenas três cores (o branco no fundo da capa e o preto e o vermelho nos títulos e na imagética). A componente tipográfica das capas, que joga com as letras, usando-as como

elementos estéticos, merece especial cuidado. Para esta coleção a IUC convida especialistas a escreverem sobre os diferentes assuntos.

A coleção *Descobrir as Ciências* procura despertar o interesse do público infanto-juvenil para os mistérios da ciência. Com uma conceção lúdico-didática coadjuvada por uma forte componente ilustrativa, esta coleção inclui livros nos quais foram já tratados temas como a higiene oral, o meio ambiente, as alterações climáticas e a energia. O próprio formato e o aspeto visual adaptado ao mundo dos mais novos ajudam a distinguir esta coleção de outras.

Outro segmento do catálogo da IUC são as revistas universitárias de Coimbra, disponíveis em formato papel e eletrónico, podendo assim chegar a um maior número de pessoas. Para tal, a Imprensa colabora com o Serviço Integrado de Bibliotecas da Biblioteca-Geral da Universidade de Coimbra e com a Plataforma ID@UC/SCICoM da Faculdade de Letras. As revistas cuja edição a Imprensa tem a cargo são as seguintes: *Cadernos de Jornalismo*; *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo*; *Estudos do Século XX*; *Revista Portuguesa de Pedagogia*; *Psychologica*; *Revista Portuguesa do Dano Corporal* e *Annals of Research in Sport and Physical Activity*.

Entretanto, a IUC já começou a sua aposta na edição digital. Podemos encontrar no site da Imprensa dois *e-books* de acesso gratuito, que são uma primeira experiência da Imprensa no campo da edição digital: *Manual operacional para missões periciais forenses realizadas por equipas médicas na investigação e documentação de casos de alegada tortura*; e *1910-2010: Comunicação e Educação Republicanas*.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE ESTÁGIO

2.1. TRABALHO REALIZADO NA PLATAFORMA POMBALINA

Uma das principais tarefas que desempenhei no meu estágio consistiu na digitalização de obras antigas publicadas pela Imprensa, a fim de virem a fazer parte da plataforma POMBALINA, que irá disponibilizar inicialmente em formato *e-book* cerca de 1000 obras (antigas e novas). Esta integra a plataforma agregadora e difusora de conteúdos UCDigitalis (juntamente com a Impactum, respeitante às publicações periódicas). Contudo, antes de falar sobre esse mesmo trabalho de digitalização em maior detalhe, irei tecer algumas considerações sobre a importância da edição digital para as editoras académicas.

2.1.1. A edição digital e o seu papel na edição académica

2.1.1.1. Da edição em papel à edição eletrónica

A indústria editorial vive dias muito intensos. A edição eletrónica tem posto em causa processos e estruturas já fortemente consolidados, e, a pouco e pouco, vai ocupando um lugar próprio no mundo da edição (cf. Mikhli, 2011). Ainda assim, não é tão surpreendente esta evolução, já que temos vindo a assistir a uma «progressiva digitalização da cultura do impresso» (Furtado, 2007: 17), desde a informatização e gestão das bases de dados dos clubes dos livros (com o intuito de uma segmentação mais fidedigna) até ao início do uso de técnicas informáticas na produção das obras e a novas formas de distribuição de conteúdos em suportes digitais, tal como diz Svedjedal (*apud* Furtado, 2007: 17-18). Thompson refere que o «impacto da digitalização na edição» se verifica a quatro níveis diferentes: os sistemas operacionais e fluxos de informação; a gestão e manipulação de conteúdo; o *marketing* e o fornecimento de serviços; e a distribuição de conteúdo (Thompson, 2005: 312).

Borgman diz-nos que «a maior parte dos aspectos e das actividades envolvidas na edição moderna são electrónicos», uma vez que as tecnologias permeiam todo o processo de publicação (*apud* Furtado, 2007: 25-26).

A comunicação eletrónica também se tem convertido no principal meio através do qual a editora interage com os diferentes elementos da cadeia do livro, desde o autor até ao cliente, passando pelas gráficas e pelos distribuidores (cf. Thompson, 2005: 315).

Diz-se que estamos a viver o «confronto» de duas culturas. Roncaglia diz que de um lado temos a «cultura do livro», englobando termos como livro impresso, tradição tipográfica, textualidade, linearidade, abstração, raciocínio dedutivo, monomedialidade, contexto fechado, ao passo que do outro encontramos a multimedialidade, hipertextualidade, hipermédia, multilinearidade, imersão, contexto aberto, expressão da «cultura multimédia» (*apud* Furtado, 2007: 47). Contudo, será a questão assim tão linear? Em que ponto as fronteiras se esbatem? Como Furtado nos diz, os movimentos das inovações tecnológicas não são sempre pautados nem pela uniformidade nem pela sincronização, e a evolução das tecnologias não acontece num vazio, pois é sempre mediada «pelos usos que lhes são atribuídos e variam com o contexto em que são utilizados» (Furtado, 2007: 18). Para Borgman, há uma multiplicidade de fatores

envolvidos na relação das pessoas com a informação – tecnológicos, psicológicos, sociológicos, económicos, políticos e culturais (*apud* Furtado, 2007: 18).

Thompson usa o conceito de «falácia tecnológica» («technological fallacy») para definir a ideia errónea de que, se há a tecnologia para fazer algo, as pessoas automaticamente irão usar essa tecnologia («the idea that because technology exists to do something, consumers will invariably use that technology») (Thompson, 2005: 317). E isto não acontece necessariamente, porque pode haver uma genuína preferência dos leitores pelo livro físico (cf. Thompson, 2005: 317). Por isso, as «tecnologias devem sempre ser contextualizadas» («technologies must always be contextualized»), analisadas no contexto social em que estão a ser desenvolvidas e usadas e também ponderadas relativamente ao que se prevê que os utilizadores vão fazer com elas – o que querem e quanto é que estão dispostos a pagar por elas (Thompson, 2005: 317).

Na mesma linha de pensamento, Clifford Lynch afirma que as mudanças em curso não se limitam ao aparecimento de novos canais de venda de livros ou de um novo dispositivo eletrónico de consumo (*apud* Furtado, 2007: 23-24). A seu ver, há três questões essenciais inerentes a esta passagem para o mundo digital:

a natureza do livro no mundo digital como forma de comunicação; o controlo dos livros nesse mesmo mundo, incluindo as relações entre autores, consumidores/leitores e editores e, por extensão, o modo como viremos a gerir a nossa herança cultural e o nosso passado intelectual; e a reestruturação das economias da autoria e edição (*apud* Furtado, 2007: 23-24).

Para Thompson, esta digitalização tem despertado uma espécie de «revolução silenciosa» («quiet revolution»), não necessariamente relacionada com o confronto «digital *versus* papel» que os *media* tanto gostam de explorar, mas mais com a transformação das práticas de trabalho, os modelos de negócio da indústria editorial e o ciclo do livro, o que faz com que o *e-book* seja um sintoma de uma transformação mais profunda - «it's not so much a revolution in the product as a revolution in the process» (Thompson, 2005: 405).

A questão do digital tem sido alvo de uma forte mediatização, contudo, este tipo de edição ainda se encontra, nas palavras da analista de *media* digitais Rebecca Lieb, num estado embrionário, na medida em que ainda há muitas ideias a explorar e muitos problemas a resolver (*apud* Yeoh, 2011). A incrível facilidade com que aparecem e

desaparecem novos dispositivos de leitura de *e-books* e a diversidade de formatos nos quais os livros são disponibilizados são a prova de que este tipo de edição ainda se encontra numa fase inicial de desenvolvimento (cf. Yeoh, 2011). Muitas editoras ainda estão a tentar decidir que estratégias tomar face a estas alterações no mundo editorial e a sua dimensão (cf. GIEM/ISCTE/APEL, 2012: 101).

O *e-book* traz uma série de novas possibilidades que o livro em papel não possui, como as hiperligações, o conteúdo multimédia (animações, vídeos, sons), opções de edição como o famoso «copiar e colar», uma maior interatividade e atualização contínua (cf. Cole, 2006). Como as obras podem ser descarregadas para um único dispositivo, é mais leve transportar várias obras de um lado para o outro e as editoras não têm que se preocupar com as questões de transporte e armazenamento dos produtos (cf. Cole, 2006). Por outro lado, o *e-book* tem também alguns problemas relacionados com a qualidade e o conforto de leitura (ainda que esteja a melhorar com o desenvolvimento da tecnologia *e-ink*), a falta de standardização nas questões dos formatos dos ficheiros, do *software* e dos dispositivos de leitura, e ainda outros problemas relativos à gestão dos direitos digitais ou DRM (*Digital Rights Management*) (cf. Cole, 2006). Aliás, Thompson diz que os quatro grandes fatores que explicam as dificuldades que o *e-book* tem tido na sua expansão são o *hardware*, os formatos, os direitos e os preços (cf. Thompson, 2005: 317).

Para além disso, como Sérgio Machado, do grupo editorial brasileiro Record, disse, referindo-se às perspetivas da expansão do *e-book* em mercados não anglo-saxónicos, como o espanhol, o italiano, o alemão ou o sul-americano, o «jogo do *e-book*» só pode começar quando existe uma combinação da disponibilidade do conteúdo digital e dos dispositivos de leitura a um preço suficientemente acessível e um mecanismo de compra amigo do utilizador (*apud* Wilkins, 2011).

Ainda que a migração para a edição digital seja complexa, Karina Mikhil expressa a impossibilidade das editoras ignorarem a chegada dos *e-books* se desejam conservar um certo nível de competitividade. As editoras precisam de repensar as suas estratégias de redução de custos. A tradicional aposta no *outsourcing* levanta mais dúvidas: será que devo contratar serviços externos ou será que devo aproveitar o talento interno que possuo e prepará-lo? E o que é um *e-book* e em que é que devo e posso apostar? Em que formatos devo publicar e em que meios? E qual deverá ser o seu preço? E os direitos de autor? E o meu público-alvo? (cf. Mikhli, 2011).

Como podemos verificar, a migração para o digital comporta um conjunto de situações trabalhosas. James McQuivey, da Forrester, empresa americana de estudos de mercado e de tecnologia, afirmou no âmbito de um dos seus estudos: «publishers have started to do the hard work of making the digital transition and they're finding that it is, indeed, hard work» (*apud* Owen, 2012).

Todavia, não é possível ignorar o papel fulcral que gigantes como a Amazon e a Apple estão a ter na progressiva afirmação do *e-book* e dos dispositivos de leitura (o *Kindle* e o *iPad*, respetivamente) (cf. Estes, 2011; cf. Yeoh, 2011). Segundo os resultados da Amazon no primeiro trimestre de 2012, o *Kindle Fire* continuava a ser o maior *best-seller* e o produto mais desejado e oferecido. Aliás, nove dos dez produtos mais vendidos na *Amazon.com* eram produtos digitais – o *Kindle*, os livros *Kindle*, filmes, músicas e aplicações (cf. Business Wire, 2012). A linha completa de *Kindles* com sistema de leitura *e-ink* está agora disponível em mais de 175 países e o *Kindle* continua a ser o maior sucesso na Amazon britânica, alemã, francesa, italiana e espanhola (cf. Business Wire, 2012). O novo *iPad* da Apple, lançado em março de 2012, suscitou um forte interesse, já que foram compradas cerca de três milhões de unidades no primeiro fim de semana em que esta nova versão foi posta à venda, superando as vendas inaugurais do *iPad* 1 e 2 (cf. Smith, 2012).

2.1.1.2. O impacto na edição académica

O livro eletrónico está a ter um avanço considerável nos Estados Unidos da América e, segundo a Association of American Publishers, entre 2010 e 2011, o número de *e-books* vendidos aumentou 164,9% (164,1 milhões de dólares), ao mesmo tempo que a venda dos livros em papel diminuiu 24,8% (441,7 milhões de dólares). O peso do *e-book* na indústria editorial americana era de 8,32% em 2010 (cf. GIEM/ISCTE/APEL, 2012: 101-102).

A edição académica também está a ser atingida pela onda da edição eletrónica. As *university presses* não são exclusivas dos países em que o inglês é a língua materna, mas há mais editoras deste tipo a operar em inglês do que em países pertencentes a outras regiões linguísticas (cf. Thompson, 2005: 87). Michael Jon Jensen, diretor das comunicações estratégicas em rede das *National Academies* e da *National Academies Press*, destacou, em 2010, o papel das editoras universitárias no acesso ao trabalho dos grandes especialistas, e afirmou que, para continuarem a cumprir essa tarefa, será

necessário olhar para os desenvolvimentos recentes do mundo editorial (*apud* Herther, 2011).

Para Jensen, é essencial que estas editoras se adaptem às transformações, e, para tal, é preciso «repensar a imprensa universitária» (Jensen, 2010). É necessário: repensar os sistemas de produção tendo em conta a linguagem XML e a apresentação digital; maximizar o potencial da rede e dos livros digitais; promover e equilibrar as dinâmicas entre o *e-book* e o livro em papel (incluindo a criação de pacotes, por exemplo), coordenar as publicações com a atividade digital dos académicos; interagir mais com as bibliotecas institucionais e os objetivos dos académicos; e estar atento ao equilíbrio da promoção do conhecimento com a manutenção de sustentabilidade (cf. Jensen, 2010).

Se olharmos para o caso americano, as editoras de índole académica e universitária possuem grande poder e têm desempenhado um papel importante ao trazerem para o centro das atenções temas complexos como a globalização, a imigração, os direitos civis e a lei constitucional (cf. Herther, 2011). Em 1920 existiam 12 imprensas universitárias; hoje em dia existem cerca de 130. Várias dessas editoras especializaram-se em determinadas áreas (cf. Herther, 2011). O diretor da Pennsylvania University Press, Eric Halpem, conta que, apesar da dimensão mais reduzida e da contínua falta de atenção a que estão sujeitas, estas editoras estão sempre a esforçar-se na divulgação da investigação académica realizada, procurando, ao mesmo tempo, manter a sua integridade editorial (*apud* Herther, 2011).

Este é um campo onde está a decorrer um conjunto de iniciativas marcadas pela cooperação, colaboração e inovação. Em 2010, algumas editoras universitárias americanas uniram esforços na criação de um novo modelo de distribuição de *e-books*. A ideia era que as coleções das várias editoras fossem apenas comercializadas através de um consórcio (*University Press Content Consortium* ou UPCC) (ainda que as editoras pudessem continuar a vender às bibliotecas e aos leitores através dos canais de venda já existentes) (cf. Herther, 2011). A evolução natural levou a que este consórcio se unisse ao projeto MUSE, vendedor de conteúdos académicos *online* há cerca de 15 anos. Segundo Wendy Queen, *associate diretor* do projeto MUSE, a missão da UPCC envolve uma integração completa, tratando livros e revistas da mesma forma (classificação e pesquisa), estando primeiro disponível no formato PDF e depois em ePUB (*apud* Herther, 2011).

Em janeiro de 2011, a JSTOR (um sistema de arquivamento de revistas académicas), anunciou o seu projeto de *e-books* académicos – *Books at JSTOR* – contando com a

colaboração de várias editoras universitárias americanas. Os livros serão integrados com as revistas já existentes no JSTOR (e todo o conteúdo poderá ser alvo de pesquisa cruzada), estando ligados a mais de dois milhões de críticas e centenas de milhares de referências de obras na *journal literature*, tendo em conta autores e tópicos comuns (cf. Herther, 2011).

Outro projeto é o da Oxford University Press, que anunciou em outubro de 2011 uma plataforma *online* (University Press Scholarship Online), desenvolvida para a integração nos sistemas bibliotecários (cf. Herther, 2011). O conteúdo está disponível em XML (facilitando o *deep tagging* – etiquetagem), mas pode ser descarregado em PDF e suporta totalmente as referências e pesquisas cruzadas, com citações clicáveis de bibliografias e notas de rodapé, entre outras propriedades (cf. Herther, 2011).

Curiosa foi a afirmação de Steve Maikowski, diretor da editora da Universidade de Nova Iorque (NYU), ao dizer que as editoras universitárias têm que ser inovadoras e não «dinossauros», já que o meio acadêmico muitas vezes tem a fama de ser fechado sobre si mesmo (*apud* Herther, 2011). Para Maikowski, a inovação é essencial para a sobrevivência («We need to innovate in order to survive!») (*apud* Herther, 2011). Marlie Wasserman, diretora da Rutgers University Press, reforça esta posição ao evidenciar a diligência destas editoras na edição de *e-books*, ainda que os seus recursos sejam poucos (*apud* Herther, 2011). O diretor da University of Minnesota Press, Doug Armato, defende a viabilidade dos livros eletrônicos publicados por estas editoras, uma vez que as plataformas e sistemas desenvolvidos se multiplicam, e crê que este tipo de iniciativas conduzirá ao sucesso, ajudando a demonstrar as capacidades e o valor coletivo da edição universitária (*apud* Herther, 2011).

A área do ensino, mais especificamente dos manuais, parece ser uma das áreas com maior potencial, se se considerarem as diferentes estratégias que têm sido desenvolvidas nos últimos anos. Kevin McKiernan, diretor do desenvolvimento de negócios da distribuidora de manuais americana MBS, diz que existem mercados para este tipo de produto, por causa da mobilidade dos estudantes e do seu preço mais reduzido (*apud* Cole, 2006).

Vai crescendo a adoção de *e-books* nas escolas e universidades, de preços mais baixos face aos manuais mais dispendiosos (cf. Estes, 2011). Aliás, a Seton Hill University, uma universidade em Greensburg, Pensilvânia, tornou-se na primeira universidade americana a dar aos seus caloiros *iPads* em 2010 e 2011 (cf. Falk, 2011). Porém, apesar destas

tendências, este ainda é um mercado numa fase inicial de desenvolvimento, mesmo nos Estados Unidos, pois apenas 25% dos novos manuais estão disponíveis em versão eletrônica (cf. Estes, 2011). Ainda que nos Estados Unidos os preços dos manuais em papel tenham aumentado quatro vezes mais depressa do que a inflação nos últimos quatro anos, isso não quer dizer que todos os alunos estejam a aderir em massa aos manuais digitais (cf. Falk, 2011).

De acordo com Nicole Allen, do Student Public Interest Research Groups, a oferta de *e-books* por parte das grandes editoras é pouco diversificada e algo limitada e os estudantes não poupam assim tanto dinheiro (*apud* Falk, 2011). É verdade que as versões em papel podem ser muito dispendiosas (chegando a ultrapassar os 100 dólares) e a situação agrava-se quando uma nova edição de uma obra torna as anteriores desatualizadas e, por isso, inúteis. Porém, as versões eletrônicas têm o problema de terem um prazo de validade (normalmente quando o semestre acaba), ao qual se junta a questão das restrições de gestão de direitos digitais relativamente ao acesso e impressão, o que dificulta a partilha (cf. Falk, 2011).

Um estudo da Universidade de Washington divulgado em maio de 2011 (feito com alunos do primeiro ano de Ciência Computacional e Engenharia) investigou a interação dos estudantes com o *Kindle DX* (uma versão de maiores dimensões do *Kindle*) e os seus hábitos de leitura com ou sem um *e-reader*, descobrindo que, de acordo com o contexto, os alunos usavam e combinavam diferentes tecnologias de leitura para diferentes tipos de leitura, o que se prende com a complexidade da leitura académica (cf. Falk, 2011; cf. Hickey, 2011).

Outro dos problemas relacionados com o texto digital é dificultar a criação de mapas cognitivos (proporcionada pela leitura em papel), uma técnica utilizada pelo cérebro apoiada em pistas físicas como a localização na página e no livro, que facilita tarefas como a procura de uma parte do texto ou mesmo a retenção do conteúdo na memória. Aos usarmos dispositivos digitais de leitura como os *e-readers* ou os *tablets*, torna-se muito mais difícil este tipo de orientação espacial no texto (cf. Hickey, 2011). Este é um grande desafio para a edição digital.

Já há notícias de editoras a publicar manuais feitos de raiz para o meio digital, adaptados às necessidades dos estudantes e dos professores e pensados para uma atualização permanente. Em setembro de 2011, o Nature Publishing Group (NPG),

pertencente ao grupo editorial britânico MacMillan Publishers Ltd, lançou o manual digital *Principles of Biology*. Ao contrário de outros, este não se resume a uma mera digitalização do conteúdo impresso, mas a uma unidade resultante da combinação entre texto, diagramas, vídeos e hiperligações para artigos relacionados publicados nas revistas do NPG, mantendo a atenção do estudante concentrada num só lugar, simplificando, portanto, a experiência do utilizador, e reduzindo os custos do editor e do consumidor final (cf. Cox, 2012).

O *Principles of Biology* permite aos seus utilizadores o descarregamento, a impressão e a reorganização dos 200 módulos que o compõem, flexibilizando-se com os diferentes modos de ensino. Pelo valor de 49 dólares, o comprador adquire o acesso ilimitado ao longo da vida, e esse manual será atualizado quando se justifique (cf. Cox, 2012). Para combater a ameaça da pirataria, o NPG colocou maiores restrições nos *downloads* e quem tenha uma cópia pirateada não poderá aceder a conteúdos adicionais (cf. Cox, 2012). Será que o futuro dos manuais passará por mais iniciativas deste género?

Tendo em conta todo este contexto, não é estranho que a Imprensa da Universidade de Coimbra tenha decidido dar prioridade ao digital, apostando na criação de uma plataforma que conterà obras antigas e obras recentes, agora disponíveis em versão eletrónica.

2.1.2. Digitalização de obras antigas para disponibilização na plataforma POMBALINA

Quando comecei o estágio na IUC, uma das tarefas que me foi atribuída foi a de verificar nos anuários da Universidade de Coimbra os livros (títulos de obras, nomes de autores, ano de publicação) do catálogo da Imprensa da Universidade de Coimbra publicados ao longo dos diferentes anos académicos (mais concretamente o Catálogo Pombalino, com obras publicadas entre os anos de 1774 (?) e 1934). Numa primeira fase, consultei alguns dos anuários da Universidade de Coimbra, para verificar as listas de livros editados pela Imprensa. Foi possível obter dados relativamente ao período compreendido entre os anos letivos de 1867-1868 e 1893-1894, com exceção dos anos 1869-1870, 1870-1871 e 1873-1874 (não tive acesso aos anuários que poderiam conter destes dados). A partir do ano letivo de 1883-1884 os títulos começam a aparecer mais completos nos anuários, mas, do ano letivo 1893-1894 em diante, deixamos de encontrar a lista dos livros

publicados pela Imprensa (pelo menos até ao último anuário verificado, que incluía dados do ano letivo de 1926-1927).

A verificação da correspondência dos dados começou a levantar algumas questões que se prendiam com a forma de designar as obras em que o título era referido de forma mais ou menos abreviada nos anuários (o título mais antigo, o mais recente ou o mais completo?), com a grafia a usar (a inicial ou a atual?), com a opção a tomar quando diferentes edições da mesma obra tinham variações no respetivo título e até nos nomes dos próprios autores. Cheguei à conclusão de que a verificação dos anuários não era suficiente para poder fazer a correção devida dos dados do Catálogo Pombalino e, por isso, seria necessário consultar os exemplares das obras na Biblioteca Geral. Contudo, este trabalho acabou por ser, de certa forma, posto de parte, uma vez que passei a trabalhar num novo projeto em desenvolvimento por parte da Imprensa.

Este projeto envolve a criação de uma plataforma digital designada POMBALINA, na qual irá ser disponibilizada uma seleção de obras da Imprensa em formato *e-book*. Numa fase inicial, pretende-se tornar acessíveis ao público cerca de 1000 obras (entre antigas e recentes), mas, antes disso, esta plataforma passará por uma apresentação em julho de 2012 e por um período intenso de testes até à abertura ao público prevista para janeiro de 2013. Obviamente que isto requer um grande trabalho de digitalização, e foi neste âmbito que desenvolvi parte do meu estágio.

Ainda que tenha sido eu a estagiária que mais tempo passou na digitalização, não fui a única a desempenhar essa tarefa. Quando a assumi, já existiam dezenas de obras previamente digitalizadas, contudo, era necessário selecionar o restante conjunto de obras que iria ser sujeito a este processo de digitalização. O diretor da Imprensa elaborou três listas (cerca de 700 obras ao todo), uma com as obras que constituíam a primeira prioridade de digitalização, outra com as obras que se encontravam em segunda prioridade e uma terceira com trabalhos da área de Estudos Clássicos, cuja digitalização se iria propor ao Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH).

A digitalização não era um processo muito complicado de executar, mas havia que ter atenção a algumas questões mais técnicas, para que o resultado final fosse o pretendido. Foram estabelecidos critérios para a definição do tamanho das páginas, a qualidade de digitalização, a opção por digitalização a cores ou em escala de cinzentos, o reconhecimento de duplas páginas e os tipos de filtros necessários (os únicos usados no

âmbito deste trabalho foram a compensação da curva da espinha do livro quando aberto e a eliminação dos dedos das margens do livro). Para além disso, era fulcral que o livro estivesse devidamente centrado e que nenhum do espaço envolvente do livro pertencente à máquina aparecesse nas digitalizações efetuadas. Era importante ter atenção àquilo que se estava a digitalizar, para que não terminássemos o trabalho com páginas da obra em falta (ou com o mínimo possível).

Fatores como as dimensões do livro, o número de páginas, o tipo de encadernação e que parte estávamos a digitalizar requeriam diferentes cuidados para que a digitalização ocorresse nas melhores condições e sem grandes discrepâncias de página para página. Entre as obras de digitalização mais difícil encontravam-se as de dimensão mais pequena, com maior número de páginas e uma espinha mais estreita, o que dificultava a tarefa de fazer com que o livro permanecesse aberto nas páginas certas.

Desempenhei este trabalho de digitalização durante um período de cerca de dois meses (de 16 de janeiro até 20 de março de 2012) e, no total, foram digitalizados 93 títulos, o que corresponde a 100 livros (vários volumes podiam pertencer à mesma obra). Destes totais, participei na digitalização (total ou parcial) de 87 volumes (correspondentes a 82 títulos). Os restantes 13 volumes (11 títulos) estiveram totalmente a cargo das minhas colegas. O conjunto dos 100 volumes digitalizados corresponde a um número aproximado de 17100 páginas.

Quando terminei o meu trabalho de digitalização, elaborei três relatórios/inventários relativos a essa tarefa – um referente às obras em cuja digitalização participei de forma total ou parcial, outro para as obras em cuja digitalização não participei e ainda mais um contendo dados gerais sobre a digitalização desenvolvida durante aquele período de dois meses (ver anexos 4, 5 e 6).

As duas primeiras continham a lista dos livros digitalizados, os dias em que foram efetuadas digitalizações, o número aproximado de páginas de cada um dos volumes e o total de páginas dos volumes digitalizados, o número de títulos/volumes e as devidas referências cruzadas entre algumas entradas, porque as listas apareciam organizadas por autores (guiei-me pela estrutura do Catálogo Pombalino) e algumas das obras tinham mais do que um autor (o que originou algumas entradas repetidas). As referências cruzadas foram criadas com o intuito de indicar a repetição dessa entrada noutra ponto da lista e de

sinalizar que essa obra é de autoria múltipla. A terceira tinha os totais absolutos de títulos/volumes digitalizados e os dias em que ocorreu a digitalização dos mesmos.

Esta tarefa, aparentemente fácil, revelou-se mais complexa e exigente do que aquilo que inicialmente imaginava, tendo demorado cerca de dois dias até que a correção de todos os dados levantados estivesse confirmada. Foi uma tarefa importante ao nível da minúcia e da organização, qualidades elementares para quem tem de preparar relatórios ou inventários deste tipo.

Acrescentaria que consegui encontrar uma forma de continuar a desenvolver a verificação dos dados do catálogo, tarefa que descrevi no início deste capítulo, mas apenas relativamente às obras que foram digitalizadas durante aquele período de tempo. Conforme ia confirmando os dados, ia introduzindo as alterações no documento *Word* que continha o Catálogo Pombalino.

2.1.3. Disponibilização da versão eletrónica das obras recentes na plataforma POMBALINA

Não existem problemas legais relativamente à disponibilização das obras antigas em versão digital, uma vez que os direitos de autor já caducaram³, mas o mesmo não sucede com as obras atuais. Como a Imprensa está interessada em apostar na edição digital, passou a ser indispensável a menção deste aspeto nos contratos de edição. É necessário que os contratos celebrados com os autores contenham cláusulas nas quais se esclareça essa questão, o que, aliás, a Imprensa tem feito nos últimos anos.

Uma das tarefas que executei (juntamente com uma colega de estágio), com base na verificação dos contratos de edição celebrados, foi precisamente o levantamento dos autores que autorizavam a venda da versão digital das suas obras através da livraria *online* ou de outra plataforma de venda de conteúdos digitais.

Para as obras cujo contrato de edição ainda não possui essa cláusula (a IUC apenas começou a celebrar contratos de edição a partir de 2005 e a incluir referências à versão eletrónica alguns anos depois), é necessário entrar em contacto com os seus autores, perguntando-lhes qual é a sua decisão relativamente a esta questão. Para tal, a Imprensa começou, numa primeira fase, por enviar um *e-mail* geral a todos os autores. O fraco

³ Segundo o Artigo 31º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, os direitos de autor vigoram até «70 anos após a morte do criador, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente».

número de respostas levou à necessidade de uma segunda vaga de *e-mails*, tendo eu colaborado na preparação dos modelos. Os modelos de *e-mail* desta fase que preparei apenas contemplavam as obras com um número reduzido de autores, cujo processo é mais simples de resolver (face à complexidade das obras com múltiplos coordenadores e autores).

Se o autor der a sua autorização para a disponibilização da versão digital das suas obras, pode acontecer uma de duas situações: se for um autor sem contrato (antes de 2005 inclusive), é feita uma declaração (ver anexo 7); se for um autor cujo contrato não preveja a edição digital (contrato anterior a 2008), faz-se uma adenda ao contrato (ver anexo 8). Atualmente, os contratos já preveem a edição digital (ver anexo 9)⁴.

2.1.4. A IUC face à edição digital

Será importante pensar sobre certas questões. Até que ponto as iniciativas da IUC podem ser consideradas livros eletrónicos? Ou serão mais versões eletrónicas de obras impressas? Será que as versões eletrónicas podem ser realmente incluídas no âmbito do *e-book*? A própria definição daquilo que é ou não considerado livro motiva diversos debates.

Roncaglia defende que a própria ideia de livro eletrónico é um oxímoro, e que apenas o livro impresso pode ser considerado livro (*apud* Furtado, 2007: 28). O editor Giuseppe Laterza crê que há diferenças entre a elaboração de um livro que será impresso e a «reunião digital» (*assemblaggio digitale*) de conteúdos multimédia, e que o termo «livro» não deve ser usado de uma forma tão livre no mundo da edição digital, pois um «romance decomponível e interactivo» já se enquadra numa realidade «completamente nova na sua concepção, na sua realização e na sua fruição» (*apud* Furtado, 2007: 28-29). Por isso, Laterza propõe que o *e-book* se passe a designar DIASS (*Digital Assembly*) (*apud* Furtado, 2007: 28-29). Jean-Gabriel Ganascia, por seu turno, diz que o termo «livro electrónico» é restritivo e desadequado:

se o livro designa um suporte particular da escrita num dado momento da história, é restritivo falar de livro nos casos em que todos os suportes da escrita, do som e da imagem

⁴ É importante salvaguardar os aspetos relacionados com a edição digital; um estudo encomendado pela APEL destaca como os direitos de imagem se podem tornar um problema para as editoras no caso de pretenderem digitalizar livros publicados antes dos contratos digitais («se as editoras não comprarem esses direitos, a integração das imagens e fotografias destes livros num *ebook*, sem terem contratos revistos e renegociados, é discutível» (GIEM/ISCTE/APEL, 2012: 102).

são convocados. Por outro lado, o termo é desadequado, pois a justaposição das duas palavras, «livro» e «electrónico» parece, desde logo, antitética; o livro designa antes de mais o suporte da escrita (...) Ora, a palavra «electrónico» sobrepõe ao objecto material inicial, o livro de papel que todos conhecemos, um novo objecto imaterial definido por um conjunto de procedimentos de acesso e por uma estruturação lógica (*apud* Furtado, 2007: 29).

Existe confusão entre versão eletrónica e livro eletrónico, uma vez que a apresentação do conteúdo do livro impresso na sua forma digital é diferente de um objeto enriquecido com uma forte componente multimédia e interativa (cf. Furtado, 2007: 30). Será que a versão eletrónica de um livro tal e qual foi impresso pode ser considerada um genuíno livro eletrónico? Loarer considera a própria noção de livro eletrónico como sendo ambígua, porque engloba, ao mesmo tempo, as ideias de objeto e de conteúdo intelectual (*apud* Furtado, 2007: 30), para não falar da quantidade dos termos associados destacada por Jéhanno, como «edição *online*, edição digital, documento electrónico ou digital, livro electrónico, livro digital, livro virtual, *e-books*, livro desmaterializado», e um *flow* semântico em que as definições se misturam (*apud* Furtado, 2007: 30-31).

A noção de livro eletrónico não tem sido fácil de definir e, para Shiratuddin tem-se caracterizado principalmente por um hibridismo, uma vez que o *e-book* tem sido criado a partir quer da conversão de livros impressos quer da criação de novos títulos já em formato digital (*apud* Furtado, 2007: 31). Inicialmente, tanto Shiratuddin como Terry consideravam que os *e-books* consistiam em livros impressos convertidos para o formato digital (*apud* Furtado, 2007: 31). Contudo, um ano mais tarde, Terry já tinha alargado o seu conceito de *e-book* para incluir também o conteúdo de origem exclusivamente digital (*apud* Furtado, 2007: 31). Lynch também entende que

[...] Os livros digitais cobrem um largo espectro de materiais, desde a translação literal de livros impressos até obras digitais complexas que são as sucessoras intelectuais de determinados géneros de livros e que não podem ser reconvertidos, de maneira razoável, em forma impressa (*apud* Furtado, 2007: 32).

Na visão de Lynch, a definição de livro eletrónico que mais temos seguido é a mais simples, isto é, a passagem dos livros impressos para o formato digital; Claire Bélisle comenta que o *Rocket eBook*, o primeiro livro eletrónico, foi bem-sucedido e visto como

livro, porque partilhava o mesmo tipo de legibilidade visual de um livro tradicional (*apud* Furtado, 2007: 47). Neste sentido, está subjacente aos *e-books* que a sua afirmação passa por serem vistos como uma evolução e não como uma revolução, o que é reforçado por estudos de funcionalidade (cf. Furtado, 2007: 47), e que, na ótica de Henke e de Gibbons, o desenvolvimento dos *e-books* não tem a finalidade de

substituir os livros impressos mas explorar e compreender o que podem oferecer estas novas tecnologias de informação e comunicação no apoio à interação entre as pessoas e o arquivo do conhecimento (*apud* Furtado, 2007: 49).

Por outro lado, há quem defenda uma maior exploração das potencialidades do mundo digital através da publicação de textos eletrónicos de raiz digital, o que naturalmente põe em causa conceitos tradicionalmente associados ao livro (cf. Furtado, 2007: 50). Jakob Nielsen defende a hipertextualidade, a interatividade, a pesquisa e a atualização dos textos eletrónicos (*apud* Furtado, 2007: 50) e ainda que Ben Shneiderman reconheça o livro tradicional como um válido ponto da partida, dizia ser necessário explorar as capacidades dos livros eletrónicos que ultrapassam a metáfora do livro impresso (*apud* Furtado, 2007: 50); Jean Clément partilha da mesma opinião (*apud* Furtado, 2007: 51).

John Thompson distingue seis campos onde os fornecedores de conteúdo podem acrescentar valor a este tipo de produto – a facilidade de acesso (não há restrições de horários de funcionamento), a capacidade de atualização (ver a filosofia por detrás do *e-book Principles of Biology*, por exemplo), a escala (capacidade de aceder a grandes quantidades de informação), a capacidade de pesquisa (mais fácil procurar certas palavras-chave no texto do que num índice remissivo, por exemplo), a intertextualidade (privilegiando as hiperligações de índole vária em vez das referências, notas de rodapé e bibliografias) e a vertente multimédia (acesso a vídeos, sons, animações e imagens). Contudo, é claro que o tipo e a extensão de valor que podem ser adicionados ao produto são influenciados pela natureza do conteúdo e pelas formas de uso em determinados contextos (cf. Thompson, 2005: 318-320, 327).

Segundo o Prof. Doutor Delfim Leão (atual Diretor da IUC) e a Dra. Maria João Padez (Diretora-Adjunta da IUC), a plataforma POMBALINA nasce de um desejo de vencer os

problemas da distribuição tradicional, que se encontra em crise.⁵ Os livros técnicos têm menor capacidade de escoamento relativamente a outros livros (romances, por exemplo); através desta plataforma também há a possibilidade de reintroduzir na distribuição obras que já não podem ser editadas (mais antigas), e o digital é uma saída viável para as obras que tenham tiragens mais reduzidas. Quanto às obras antigas, umas serão gratuitas e outras não, e as obras recentes terão um *link* direto para a loja virtual da Imprensa.

A IUC começa a investir na edição digital, encontrando-se, por isso, numa fase em que as obras na versão digital são mais ou menos próximas das versões em papel, mas talvez estas versões eletrónicas possam funcionar, no futuro, como uma catapulta para uma exploração mais aprofundada das potencialidades da edição digital, através da integração de sons, vídeos, animações e outros elementos multimédia, ao estilo do manual *Principles of Biology* publicado pela NPG. Isto colocará desafios de diferente índole comparativamente àqueles a que as editoras estão normalmente habituadas, requerendo diferentes competências e conhecimentos. Investir no digital é também comunicar uma imagem moderna, inovadora, a par dos desenvolvimentos da indústria editorial.

Apesar de todo este potencial, penso que é importante mencionar que Thompson refere os tipos de edição educativa, académica/erudita e comercial como as mais complicadas («less amenable», nas palavras do autor) de vingarem na edição *online*, isto por contraposição à edição de revistas especializadas («journal»), obras para grupos profissionais («professional»), e de obras de referência («reference»), dado o tipo de conteúdo ser menos propício à disseminação nos meios *online*, e dada também a natureza das instituições e as práticas sociais em que os usos destes conteúdos estão integrados (cf. Thompson, 2005: 328-329).

Como a indústria da edição digital ainda está numa fase embrionária, existe uma relativa diversidade de formatos e aplicações em competição e há dispositivos de leitura que tão depressa aparecem como desaparecem. Os textos digitais têm que ser publicados como *e-books* que possam ser descarregados tanto para os tradicionais computadores como para aparelhos portáteis (computadores portáteis, *e-readers* e telemóveis) (cf. Yeoh, 2011).

Neste momento existem dois formatos base para as edições digitais ao estilo impresso: o *Kindle* e *ePub*. O primeiro pertence à Amazon, ao passo que o segundo é um formato *standard* aberto usado por todos os outros. Relativamente aos formatos que permitem

⁵ A título de curiosidade, a maior distribuidora portuguesa, a Sodalivros, abriu falência em abril de 2012 (Sol, 2012)

embeber conteúdo multimédia, existe o *iBook* da *Apple* (uma variante do *ePub*) e a *Amazon* anunciou o *KF8* para o seu *tablet Kindle Fire* (cf. Yeoh, 2011). Para além disso, no ramo das aplicações existe o *iOS* da *Apple* e o *Android*, com duas versões cada adaptadas aos *tablets* e aos telemóveis (cf. Yeoh, 2011). Será que estes formatos-base vão vingar lado a lado? Tendo em conta o poder destas empresas, é possível que consigam consolidar-se no mercado editorial. E, naturalmente, a procura e a resposta do consumidor será cada vez mais importante, à medida que a difusão do *hardware* que possibilita a leitura dos textos eletrónicos aumente (cf. Furtado, 2007: 35). Mas existem muito textos que estão disponíveis num outro formato, o «Portable Document Format», mais conhecido por PDF, e a Imprensa irá apostar nesse mesmo formato pela sua estabilidade e versatilidade.

Outra preocupação neste setor é a pirataria, uma das questões debatidas no I Congresso do Livro, que teve lugar nos Açores em outubro de 2011, juntamente com a digitalização, as alterações no circuito de comercialização e a legislação (cf. Diário Digital/Lusa, 2011). Segundo um estudo encomendado pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE), a cópia ilegal em papel e em digital de livros científico-técnicos e literários causa um prejuízo de 60 milhões de euros (cf. Rocha, 2012; cf. Diário Digital/Lusa, 2011). «No ensino superior há uma média de dois livros fotocopiados por cada livro comprado» e as cópias são sofisticadas, segundo Pedro Dionísio, do ISCTE (*apud* Lusa, 2011) Isso tem consequências nefastas para o mercado editorial, porque o número de exemplares por edição passa a ser mais pequeno, e, como tal, isso faz com que os custos de produção encareçam, aumentando o preço de capa de cada livro.

Já em 2010, Miguel Freitas Costa, secretário da APEL, comentara que a pirataria era um maior perigo para os livros técnicos e escolares (*apud* TSF, 2010). A título de curiosidade, foram apreendidas, em 2011, 1124 cópias ilegais no âmbito de 63 ações de fiscalização em centros de cópias e levantados 12 processos de contraordenação (cf. Diário Digital/Lusa, 2012).

O desencadeamento do processo que permitirá à IUC divulgar as versões digitais das obras publicadas nos últimos anos levanta questões relacionadas com os direitos de autor (já referidas anteriormente), mas há também que pensar nos direitos de autor digitais (*digital royalties*). Segundo Williams, a maioria das editoras defende a igualdade entre os

livros eletrónicos e os livros físicos, contudo, muitos autores e agentes fazem uma distinção entre ambos, e, consequentemente, entre direitos de autor para livros em papel e direitos de autor para *e-books*, o que complica as estratégias das editoras (*apud* GIEM/ISCTE/APEL, 2012: 102).

Há discussões em volta do atual estado das *digital royalties*. Brian Murray, o *CEO* da *HarperCollins' Worldwide*, pensa que os editores devem olhar um pouco mais para si próprios, em vez de dar imediatamente uma maior fatia do bolo aos autores (*apud* Jones, 2011). Stephen Page, *CEO* da editora Faber, diz que os editores devem mostrar aos autores o que é que eles estão a fazer e porque é que vale o dinheiro que vale (*apud* Jones, 2011; *apud* Meadows, 2011), e Philip Jones acrescenta que as editoras precisam de encontrar um ponto de equilíbrio, isto é, o ponto da viabilidade comercial, para pagar uma maior percentagem de *royalties* (cf. Jones, 2011).

Relativamente à Imprensa, os autores, ao autorizarem a disponibilização e venda da versão eletrónica das suas obras, vão prescindir dos direitos de autor digitais, pois a prioridade aqui é a de divulgação e visibilidade, tanto mais que esta plataforma tem como objetivo prestar um serviço em termos culturais e institucionais. Também não podemos esquecer a ligação deste aspeto ao preço dos *e-books* e aos custos associados à sua produção, em parte diferentes daqueles dos livros impressos (poupança na impressão, no armazenamento e na distribuição). Segundo o Estudo do Setor de Edição e Livrarias e Dimensão do Mercado da Cópia Ilegal, a «intangibilidade e a desmaterialização originam uma perceção do preço de venda demasiado elevado» (GIEM/ISCTE/APEL, 2012: 102). Os editores e os retalhistas podem ter começado por colocar os livros eletrónicos a um preço semelhante ao dos livros em papel, influenciados pela crescente perceção de que a poupança nos custos dos primeiros relativamente aos segundos não era assim tão óbvia (os custos de produção e de *marketing* continuavam a existir, assim como os direitos e as despesas gerais do editor, e apareciam outros custos adicionais relacionados com o desenvolvimento de *software* para plataformas, a digitalização de conteúdo, a contratação de técnicos, as permissões de *copyright*, etc) (cf. Thompson, 2005: 317, 372). Contudo, os consumidores não partilham da mesma opinião, já que veem os *e-books* como devendo ser substancialmente mais baratos do que os livros impressos (cf. Thompson, 2005: 317).

A plataforma POMBALINA funcionará de forma um pouco diferente. À partida, a iniciativa terá mais interesse para instituições, fundações ou outros organismos

interessados, e não tanto para utilizadores individuais (embora estes não sejam necessariamente excluídos), que pagarão um montante anual (uma assinatura) e a população ligada a esses organismos poderá ter acesso livre aos conteúdos que a plataforma contém, sem limites de descarregamentos.

Claro que se coloca sempre a questão da pirataria, mas os autores têm plena consciência dos riscos e as prioridades aqui são mesmo de divulgação e serviço público sustentado, até porque existe a ambição de que, no futuro, outras instituições se possam juntar a esta iniciativa. A vantagem desta plataforma é a de um acesso barato para a instituição e gratuito para quem faz parte da mesma, sendo os custos compensados pelas várias instituições. No caso de um indivíduo estar interessado em apenas duas ou três obras, já entramos no âmbito de um negócio de distribuição, que será entregue a uma empresa que vende o livro (o maior problema reside em encontrar que o faça), já que não é compensador para a Imprensa vender apenas um ou outro livro.

2.2. REVISÃO DE TEXTO

A revisão de provas foi, sem dúvida, um dos trabalhos mais importantes do meu estágio na IUC. Era uma função exigente, pois requeria a minha atenção e minúcia, quer na verificação da correção de erros já previamente assinalados, quer na deteção de erros ainda não identificados anteriormente, utilizando devidamente a simbologia adequada.

Segundo o *Dicionário do Livro*, a revisão de provas consiste na «observação das provas tipográficas de um texto que é feita por um revisor profissional, pelo autor ou por pessoa em quem ele delegou, com a finalidade de corrigir possíveis erros de impressão ou outros» (Faria e Pericão, 2008: 1087), ou seja, verificar que «se encontra em conformidade com o original» (Antunes, 1997: 91). A sua importância reside na «harmonização de textos em termos linguísticos e de técnica tipográfica» (Antunes, 1997: 91). Claro que se deve salvaguardar que o próprio original pode conter erros, e aí o revisor assume um papel crucial na deteção de possíveis problemas, podendo recorrer mesmo ao autor para esclarecer dúvidas.

Existem vários processos de fazer revisão, mas os mais usados são a revisão cotejada/silenciosa/a dedo e a revisão acompanhada. Na primeira colocam-se as provas e o original lado a lado e é feita a comparação entre ambos por um revisor que faz uma leitura isolada (cf. Antunes, 1997: 91; cf. Medeiros, 2002: 304); na segunda existem dois

revisores, em que um deles tem as provas e as vai lendo, ao passo que o outro possui o original e vai alertando para qualquer diferença (cf. Medeiros, 2002: 304). O *Butcher's Copy Editing* também distingue entre «read for sense» (prestando atenção a aspetos como a ortografia e pontuação, apontando-se as dúvidas existentes que precisem de ser confrontadas com o original) e «read against copy» (verificação do texto face ao original) (cf. Butcher, 2007: 98).

Para se ser um bom revisor deve-se ter determinadas competências, incluindo bastante cultura geral e conhecimentos linguísticos aprofundados, conhecimentos literários e conhecimentos gráficos (cf. Antunes, 1997: 92; cf. Medeiros, 2002: 252-253). Um revisor deve também ter acesso a dicionários de qualidade, gramáticas, enciclopédias, livros de consulta sobre diversos assuntos, e deverá poder contar com a ajuda do autor e de outras pessoas competentes (cf. Antunes, 1997: 92; cf. Medeiros, 2002: 231). No meu caso, recorri com frequência ao dicionário *online* da Porto Editora, e quando tinha certas dúvidas que não conseguia resolver sozinha, recorria a outros membros da equipa da Imprensa. Um revisor tem que saber ler de uma forma diferente, isto é, se somos leitores mais rápidos, temos que aprender a ler devagar, a estar atentos a todos os pormenores (cf. Butcher, 2007: 99).

O revisor tem de ir à procura de erros tipográficos e de ortografia que passaram despercebidos até as provas irem parar às suas mãos (cf. Critchley, 2008: 29). A atenção e preocupação com a consistência são essenciais. Por exemplo, nas referências e nas notas, há sempre pontos finais que estão em falta, o uso das vírgulas e pontos e vírgulas nem sempre é correto, são recorrentes as falhas no espaçamento ou no uso do itálico (cf. Critchley, 2008: 82).

É necessário que o revisor assegure o uso de um estilo consistente. Cabe-lhe verificar aspetos tão diversos como a gramática (sintaxe, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, ortografia e acentuação), o *layout*, a mancha gráfica, os cabeçalhos, os números de página, os capítulos e as secções, as referências cruzadas, as notas de rodapé ou de final de texto e a bibliografia, as páginas que antecedem o texto em si (anterrosto, rosto, dedicatória, prefácio, índice, etc), a sequência numérica de figuras, quadros e tabelas, as ilustrações, as caixas altas, os itálicos, os negritos, o abrir e fechar de aspas, parênteses e travessões, as enumerações, os tipos de letra/fontes, o espaçamento, as indentações. Compete-lhe também: identificar se uma página tem linhas a menos sem

qualquer razão aparente; introduzir apenas as alterações estritamente necessárias; criar uma lista com as dúvidas que surjam durante o processo de revisão e assinalar as questões ainda não resolvidas; sugerir alterações que beneficiem o texto; e estar atento a inconsistências, ambiguidades e repetições em geral (cf. Critchley, 2008: 130-132; cf. Medeiros, 2002: 231-232; cf. Butcher, 2007, 100-101).

Normalmente as correções são realizadas na margem direita do texto de forma clara, usando a sinalética apropriada (de acordo com o mapa de correções segundo a NP-61 - ver anexo 10). Se existir mais de uma correção na mesma linha de texto, as correções devem ser assinaladas na margem direita numa ordem da esquerda para a direita, separadas com uma barra (cf. Critchley, 2008: 131; cf. Butcher, 2007: 102). Os caracteres com acentuação devem ser tratados como uma entidade (cf. Critchley, 2008: 131; cf. Butcher, 2007: 102). As correções devem ser assinaladas ao mesmo nível da linha a que elas se referem, e, se apenas uma letra ou um grupo de letras estiver incorreto, só esses devem ser claramente referenciados, não havendo a necessidade de escrever toda a palavra. Ainda assim, pode acontecer que seja necessário reescrever uma frase na margem, para mostrar como deve ficar uma mudança complicada na ordem das palavras (cf. Butcher, 2007: 102). Não se deve interferir no estilo do autor substituindo palavras que estejam corretas (cf. Medeiros, 2002: 231).

Se um autor introduz muitas correções, vão ser necessárias mais provas para verificar se essas mesmas correções foram inseridas, o que vai aumentar os custos, atrasar a produção da obra e aumentar o risco da introdução de novos erros. A situação complica-se quando essas correções pressupõem uma repaginação e nova verificação das referências cruzadas e do índice (cf. Butcher, 2007: 96). Presenciei algumas vezes esse tipo de situação ao longo do meu estágio na Imprensa.

O trabalho de revisão é exigente e há que ter em conta que, por mais revisões de provas que se façam, há quase sempre uma ou outra situação que escapa aos nossos olhos. Nenhuma revisão é perfeita, mas é importante que nos preocupemos em que seja a melhor possível. Existem alguns perigos a ter em conta, como a tendência para não reparar nas palavras que antecedem um erro gritante e lhe sucedem, ou os erros de digitação que levam à transformação de uma palavra noutra correta, mas que (à partida) não fará sentido no contexto do texto, ou ainda as alterações de ortografia, maiúsculas e pontuação inconsistentes dentro de uma citação (cf. Butcher, 2007: 100).

Ao longo do meu estágio, lidei com seis obras e uma revista universitária. Revi as segundas provas de *Educação e Formação de Adultos*, as segundas e terceiras de *Teoria da Arte*, as segundas de *As 3 Religiões do Livro*, as sextas provas das *Actas de VI Reunião Internacional de Camonistas* e as segundas provas quer de *Regional and Local Responses in Portugal* quer de *Análise dos Media*. Ou seja, revi principalmente segundas provas. Também tive a oportunidade de contactar com umas provas da edição do volume II do número 52 da revista *Psychologica*, já em fase adiantada para posterior impressão, verificando se umas correções de última hora tinham efetivamente sido feitas.

A revisão de provas que realizei pode ser dividida em dois grandes campos de ação – conteúdo e formatação. No primeiro incluo: o sentido do texto (a sua lógica interna); os problemas de ortografia (troca, repetição, excesso e/ou ausência de letras e/ou palavras) e de acentuação (principalmente a troca ou a ausência), mas também de coerência e de concordância entre sujeitos e predicados, artigos e substantivos; de pontuação adequada (falta de vírgulas para separar as várias orações de uma frase; a questão do uso do hífen *versus* travessão; a incorreta utilização de um acento em vez de um apóstrofo em palavras que perdiam letras, algo comum no francês ou no italiano). Por vezes deparava-me com a repetição de informação ou frases que não faziam muito sentido, vindo a descobrir mais tarde que, na verdade, faltava algum texto. Outro aspeto envolvia a confirmação de certos termos utilizados, sendo que, por vezes, encontrava nomes escritos incorretamente (como David Lynch em vez de Lynch ou ainda Sausurre em vez de Saussure).

É essencial que o conteúdo esteja correto, mas é igualmente importante que o mesmo seja apresentado da forma mais adequada, uniforme e coerente. Aqui falamos de aspetos de formatação como o espaçamento (excesso ou ausência), a hierarquização da informação, a falta de itálicos (em estrangeirismos, por exemplo) e de negritos, quando necessário. Era fundamental também estar atento relativamente a questões como o tipo de letra e o seu tamanho, bem como o estilo. Verificava também se os números das páginas no índice correspondiam realmente às páginas onde os textos começavam ou mesmo se a numeração existia. Por vezes, a conversão dos ficheiros podia fazer com que houvesse algumas alterações na formatação do texto, que era necessário corrigir.

Para respeitar a normalização do texto era necessário verificar a numeração, por exemplo, já que a norma portuguesa diz que só se escrevem os números por extenso até dez (inclusive). Tive uma situação em que, na mesma página, me deparei com as

expressões «década de 80» e «década de noventa». Neste caso, o correto é a escrita em numeral.

Ocasionalmente existia alguma confusão relativamente à localização das situações a corrigir, como quando se encontravam numa linha e/ou página diferentes por causa de mudanças prévias na formatação do texto.

Tive a oportunidade de rever textos não apenas em português, mas também em espanhol e inglês (os idiomas estrangeiros da minha formação académica). O primeiro exercício de revisão que fiz foi de umas segundas provas da obra *Educação e Formação de Adultos*. Comecei por averiguar se as correções presentes nas primeiras provas já tinham sido resolvidas nas seguintes, e ia assinalando as emendas que ainda estavam por corrigir. Contudo, à medida que ia executando esse trabalho, apercebi-me de outros problemas que não tinham sido previamente detetados. Por isso, decidi que seria melhor ler por completo os artigos constituintes da obra. Os erros mais comuns incluíam o excesso ou a ausência de espaçamento entre palavras, a troca de letras dentro de uma palavra ou de uma letra por outra, alguns caracteres supérfluos (sendo necessária a sua supressão) e a ausência ou o excesso de parágrafos.

Um dos maiores problemas encontrados nestas provas relacionava-se com as bibliografias encontradas no final dos artigos, pois algumas delas tinham dados com gralhas (nomes de autores, títulos de obras, datas de publicação), principalmente nas obras em outras línguas que não o português. Para me ajudar nesta tarefa, usei principalmente o *Google Books* e outros artigos científicos disponíveis na *internet* para me orientar na correta verificação dos erros.

Aliás, a bibliografia era normalmente uma das partes do texto em que encontrava mais erros nos vários conjuntos de provas que revi (o que sugere uma menor atenção dada pelos autores a esta parte). Procurei assegurar-me da correção do nome dos autores, da data e local de publicação, do nome das obras, e dos números de páginas, e procedi ao confronto com as referências bibliográficas no próprio texto. Os problemas mais comuns ocorriam relativamente ao espaçamento (falta ou excesso), à ortografia (troca, ausência ou excesso de letras), à acentuação (às vezes inexistente), à falta de hierarquia na apresentação das várias entradas. Estes problemas de correção linguística tendiam a aumentar se se citava uma obra escrita num idioma estrangeiro.

A revisão destas provas também foi uma primeira oportunidade para ter algum contacto com os autores, neste caso com um dos coordenadores da obra, que se deslocou até às instalações da Imprensa para ficar a par do que se passava com a revisão da obra.

Excetuando as provas da obra *Educação e Formação de Adultos*, que vinham completas em papel, no caso de todas as outras provas que verifiquei comecei por fazê-lo no ecrã, isto é, eram-me enviadas as provas em formato PDF e davam-me em papel as anteriores, e fazia a revisão, apontando a localização dos erros numa lista à parte. Depois de terminar esta tarefa, imprimia apenas as páginas onde tinha encontrado erros e depois assinalava as correções nas margens. Se, por um lado, temos a vantagem da poupança de papel e a facilitação do processo de introdução das correções por parte do paginador, por outro, reconheço que me era exigida mais atenção (do que se estivesse apenas a olhar para o papel), pois é mais fácil saltar uma linha ou deixar passar algum erro.

Algumas das obras que revi eram trabalhos com mais do que um autor, e algumas delas tinham inclusive um ou mais coordenadores. Este tipo de obras tem um nível de exigência maior, na medida em que muitas vezes são constituídas por um conjunto de artigos, de autores diferentes. O coordenador encarrega-se de reunir todo o material num volume, responsabiliza-se pela qualidade do livro e pela obtenção do consentimento dos vários colaboradores relativamente às mudanças feitas ao texto antes de chegar ao editor e também se assegura de que o calendário de produção é cumprido (cf. Butcher, 2007: 294). Para além disso, deve compor o índice, mostrando a ordem pela qual as contribuições devem ser impressas, e uma lista dos autores com os respetivos títulos e cargos académicos, para que se possa verificar as informações dadas no início dos artigos (cf. Butcher, 2007: 295).

É mais fácil haver neste tipo de obras problemas de consistência e uniformização, tal como sucedeu na obra *Regional and Local Responses in Portugal*. Esta obra foi um desafio para alguém que não tem o inglês como língua materna. Idealmente deveria ser alguém nessas circunstâncias que deveria fazer a revisão de provas, mas, devido a questões financeiras, muitas vezes a revisão é feita dentro da casa. Isto permite uma contenção de despesas, contudo, a qualidade da revisão poderá nem sempre ser a melhor possível. Procurei não mexer muito na estrutura das frases, ainda que, por vezes, aparentassem ter uma construção estranha, possivelmente, devido ao facto de alguns dos autores serem

portugueses e de o seu conhecimento da língua inglesa não ser tão profundo e vasto quanto o de um nativo.

O meu trabalho consistiu não só em verificar a coerência frásica, a pontuação (a adição pontual de uma vírgula para facilitar a compreensão do sentido de uma frase) e a ortografia (falta, excesso ou troca de letras) dos textos, tal como a sua formatação (itálicos, negritos, tamanhos de letra, fontes, espaçamento), mas também na uniformização das diferentes variantes de inglês utilizadas, já que existem algumas diferenças entre o inglês britânico e o inglês americano relativamente à grafia de certas palavras e ao uso de vocábulos diferentes para designar a mesma coisa. Para tal, foi necessário definir critérios orientadores dessa mesma uniformização. Se houvesse um artigo escrito em inglês americano e outro na variante britânica, manteria ambas as versões. Procurei identificar a variante na qual o artigo estava escrito e preservá-la, respeitando a vontade dos autores. Acima de tudo, procurei dotar cada um dos artigos de uma consistência interna, a fim de dar uma solução razoável a este problema – «the main thing is to be consistent» (Critchley, 2008: 22).

Contudo, o problema residia quando existiam diferentes grafias no mesmo artigo. A solução encontrada para esta questão residiu na análise do artigo completo, aferindo qual era a grafia predominante. Também se procurou a existência de certos vocábulos pertencentes a cada uma das variantes para acabar com qualquer dúvida. Por exemplo, é possível escrever «organization» / «organisation», «characterize» / «characterise» ou «economizing» / «economising», sendo a versão com «z» comum quer ao inglês britânico quer ao inglês americano, mas a versão com «s» é exclusiva da variante britânica. Todavia, quando encontrava no mesmo texto as duas escritas, tornava-se necessário recorrer a outras formas de saber qual das variantes estava(m) o(s) autor(es) a utilizar. Palavras como «coloring» ou «colouring», «program» ou «programme», «labor» ou «labour», «traveled» ou «travelled», «labor union» ou «trade union» permitiram identificar qual a variante pela qual a minha revisão se devia orientar.

Num dos casos encontrei no mesmo artigo, a dada página, a grafia americana «center», mas na página seguinte já tínhamos a britânica «centre», o que era incoerente, mas a existência de outras palavras ao longo do artigo como «neighbourhood» e «ageing» permitiu-me concluir que a variante pela qual me devia guiar era a britânica. Se num dos textos encontrasse palavras do estilo «analyze» escritas com «z», mas se outras destas

palavras-guia estivessem escritas à moda britânica, mantinha a grafia com «z» do primeiro exemplo, e não mudava necessariamente para a grafia com «s» (apenas comum ao *British English*), uma vez que, neste caso, o inglês britânico aceita as duas versões. O foco desta revisão foi, sobretudo, no sentido de dar coerência e uniformizar cada um dos textos, tendo em conta as pistas de escrita deixadas pelos autores, até porque os meus conhecimentos de inglês não têm a profundidade dos de um nativo falante.

As últimas provas que revi permitiram-me o confronto com aquela que é, provavelmente, a questão mais pertinente da atualidade da língua portuguesa e que tem levantado bastante polémica – o Acordo Ortográfico (AO). Se a revisão, como já disse anteriormente, é uma atividade exigente, com estas alterações o desafio ainda se torna maior para alguém que ainda se encontra em fase de aprendizagem e de adaptação. Apoiei-me sobretudo na ferramenta *online* sobre o novo Acordo Ortográfico da Porto Editora e no seu Dicionário para esclarecer as minhas dúvidas.

O Acordo Ortográfico de 1990 vem substituir o de 1945, e vem afetar o alfabeto, as maiúsculas/minúsculas, as consoantes mudas, a acentuação gráfica e o hífen (cf. Lopes e Peixinho, 2011: 23). Sucintamente, as alterações são as seguintes:

- 1 – O alfabeto passa a ter mais letras;
- 2 – Algumas palavras que até agora se escreviam com letra maiúscula inicial passam a escrever-se obrigatoriamente com inicial minúscula e alarga-se o uso facultativo da minúscula e da maiúscula;
- 3 – Algumas palavras deixam de ser acentuadas graficamente;
- 4 – São eliminadas algumas consoantes mudas que já não pronunciávamos;
- 5 – A utilização do hífen é objeto de sistematização e simplificação (Lopes e Peixinho, 2011: 22-23).

As alterações que o AO introduz afetam apenas uma pequena percentagem do vocabulário da língua portuguesa (0,43% do português do Brasil e 1,42% do português europeu), contudo, o seu impacto sente-se mais porque grande parte das palavras afetadas são de uso frequente (cf. Lopes e Peixinho, 2011: 22, 24, 27, 29).

Se, por um lado, temos defensores do AO como o professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa Rui Estrada, por outro, temos críticos acérrimos como Vasco Graça Moura, diretor do Centro Cultural de Belém e Mário Pinto, também professor da UFP (cf. Lusa, 2012). Rui Estrada destaca a importância deste Acordo para evitar que o

português escrito e falado em Portugal não se torne numa «variante exótica, como é hoje o mirandês» (Lusa, 2012). Para além disso, refere igualmente a importância dos números e do Brasil (sexta potência económica mundial com 190 milhões de habitantes), acrescentando que «o acordo não afeta a sintaxe ou a pronúncia» e que as alterações afetam um pequeno número de palavras (Lusa, 2012). Já Vasco Graça Moura afirma que o documento «não é aplicável porque não existe um vocabulário ortográfico comum» a todos os países de língua oficial portuguesa, criticando também as «‘facultatividades’ introduzidas» pelo AO e «as graves lesões da pronúncia de muitas palavras e [que] em nada se contribui para a unidade da ortografia» da língua portuguesa (Lusa, 2012). Mário Pinto critica o facto de o AO não alcançar realmente aquilo a que se propunha (uniformização), mas elogia a inclusão das letras k, w e y no alfabeto (cf. Lusa, 2012).

A revisão das segundas provas da *Análise dos Media* teve obviamente em conta a adoção do novo Acordo Ortográfico pela autora. O meu maior problema foi com a questão da uniformização das palavras com consoantes mudas quando as consoantes podem ou não ser pronunciadas. Nas palavras em que a grafia dupla é permitida (cf. Lopes e Peixinho, 2011: 28), mantive a escolha da autora: assim temos casos como «concetual», «concetuais», «conceção» e «concetualização» em que cai o «p», mas o «c» foi mantido em «expectativa» e «expectativas».

Contudo, houve casos em que ao longo da obra me fui deparando com a mesma palavra com as duas grafias, como por exemplo, «espectador/espetador» e «caráter/carácter». Na primeira situação optei por manter o «c», até para evitar possíveis confusões de sentido; no segundo caso, considerando que «caráter» aparecia bastantes mais vezes, optei por uniformizar mediante este critério, caindo o «c».

A situação mais problemática envolveu a palavra «característica» e outras da mesma família, pois encontrei uma alternância entre as duas grafias ao longo da obra. Se por um lado tínhamos «característica», «características», «caracterizavam-se», «caracteriza», «caracteriza-se», «caracterizam-se», «caracterização»; por outro encontrávamos «caraterísticas», «caraterizada», «caraterizadores», «caraterizar», «caraterística» e «caraterização». Optei por uniformizar mantendo o «c».

Outros aspetos da revisão desta obra incluíram o facto de, a dada página, ter encontrado as expressões «ao interior das gangs» e «elementos da gang», escolhendo mudar as contrações para «dos» e «do» respetivamente, uma vez que, segundo o dicionário *online* da

Porto Editora, «gang» é um nome masculino. Deparei-me também, por algumas vezes, com as expressões «et. all.» *versus* «et al.» e, de acordo com a verificação que realizei, uniformizei todas as expressões do género para a segunda grafia.

Algo que me suscitou algumas dúvidas foi o uso do termo «evidência(s)», porque a definição encontrada no dicionário *online* da Porto Editora descrevia como «qualidade de evidente; noção clara; certeza manifesta». Julguei que no contexto da obra se referisse ao inglês «evidence», «the facts, signs or objects that make you believe that something is true» (segundo o dicionário *online Oxford Advanced Learner's Dictionary*), ou seja, algo como dados ou provas. Como não sabia se o termo com este significado já tinha entrado na língua portuguesa, preferi manter o que a autora escreveu. Mais tarde, cheguei a entrar em contacto com a autora via *e-mail*, explicando-lhe os critérios para as minhas escolhas e pedindo a sua opinião sobre os mesmos (que foi favorável).

A revisão de textos é realmente uma fase crucial da produção de uma obra, e é uma tarefa que, quando bem realizada, contribui para uma valorização do livro. Tive a possibilidade de colocar em prática alguns das aprendizagens que realizara em contexto mais académico, ganhei novos conhecimentos e também me deparei com questões singulares, nomeadamente a revisão de umas provas escritas em inglês e de outras já escritas no português do Novo Acordo Ortográfico. Confrontei-me com várias dificuldades inerentes a um processo de revisão e fui adquirindo estratégias de resolução para as solucionar, recorrendo a ferramentas como dicionários, a ajuda de elementos da equipa da Imprensa ou mesmo os próprios autores. Revi diversas provas de obras que foram publicadas e esse processo culminou com a presença do meu nome na ficha técnica da última obra cuja revisão efetuei (*Análise dos Media*).

2.3. CONTROLO DE QUALIDADE DE IMPRESSÃO

Uma das tarefas mais interessantes do meu estágio foi a realização de um controlo de qualidade de impressão de uma obra. Efetuei, juntamente com dois colegas de estágio, a verificação de 258 exemplares da obra *Ritmos do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, dada a pobre qualidade de impressão dos mesmos.

Foi sugerido, para proteção legal, que fosse redigido um relatório de onde constasse o número de exemplares com defeitos e a indicação do tipo de defeitos, juntando fotografias comprovativas (ver anexo 11), e que, no final, esse relatório fosse assinado por um

conjunto de testemunhas. Para tal, foi necessário identificar os problemas detetados em cada um dos exemplares, contar o número de exemplares em que estes problemas apareciam e depois organizar os dados.

A listagem de erros foi dividida em duas partes, a capa/contracapa e o miolo. Na primeira foram identificados erros de corte e de montagem, ao passo que na segunda foram detetados defeitos de acabamento (verniz), de montagem (alinhamentos deficientes), de impressão (estrias e marcas), de vinco e de corte, de fundo com grão esbranquiçado (principalmente nas páginas com fundo escuro, criando um desagradável efeito de neve), de falta de secagem (marcas de tinta que passam de uma página para a outra, porque se juntaram as páginas antes de estarem completamente secas) e de sujidade (manchas de tinta sem relação com as cores usadas naquelas páginas).

2.4. COMUNICAÇÃO

As minhas funções neste campo foram desenvolvidas em três âmbitos: a análise do *site* da IUC, a escrita de comunicados de imprensa e a presença em eventos de apresentação de obras. A comunicação é uma vertente do *marketing-mix* que não deve ser descurada, dividindo-se em diferentes tipos e podendo ser desenvolvida de várias formas (de acordo com os objetivos e a estratégia da empresa em questão, neste caso da Imprensa).

2.4.1. A comunicação como elemento do *marketing-mix*

É essencial que as editoras valorizem a vertente da comunicação (ou promoção), e a Imprensa não é exceção. Uma empresa deve saber comunicar com todos aqueles que se relacionam com ela direta ou indiretamente.⁶ A comunicação/promoção é uma das variáveis de *marketing-mix* que a editora pode «manipular no sentido de influenciar directamente as escolhas do consumidor» (Alves e Bandeira, 2005: 226).⁷

O *mix* de comunicação de *marketing* é constituído por cinco principais formas de comunicação: a propaganda/publicidade («qualquer forma paga de apresentação e promoção não-pessoais de idéias, mercadorias ou serviços por um anunciante

⁶ A comunicação é «o conjunto dos sinais emitidos pela empresa em direcção aos seus clientes, aos distribuidores, aos líderes de opinião, aos prescritores e a todos os alvos, internos e externos» (Lindon *et al.*, 2004: 297).

⁷ As outras vertentes do *marketing-mix* incluem o produto (através da definição de aspetos como a qualidade, a marca, as características técnicas, etc), o preço (estipulado mediante a avaliação do custo, da concorrência, a lei do preço fixo, etc) e a distribuição (existem vários canais, sendo uns mais adequados do que outros, dependendo do produto e do público-alvo) (cf. Alves e Bandeira, 2005: 226).

identificado»), a promoção de vendas («uma variedade de incentivos de curto prazo para encorajar a experimentação ou a compra de um produto ou serviço»), as relações públicas («uma variedade de programas elaborados para promover ou proteger a imagem de uma empresa ou de seus produtos»), as vendas pessoais («interação pessoal com um ou mais compradores potenciais visando apresentar produtos ou serviços, responder perguntas e tirar pedidos») e o *marketing* direto («utilização de correio, telefone, fax, e-mail, ou Internet para se comunicar diretamente com clientes específicos e potenciais ou lhes solicitar uma resposta direta») (Kotler, 2005: 570)⁸.

Ao analisar o quadro das plataformas comuns de comunicação de Kotler (2005: 571), cheguei à conclusão de que as ferramentas de comunicação com as quais mais lidei no meu estágio se enquadram na área das relações públicas (ver quadro 1).

Propaganda	Promoção de Vendas	Relações Públicas	Vendas Pessoais	Marketing direto
Anúncios impressos e eletrônicos	Concursos, jogos, loterias e sorteios	Kits para imprensa	Apresentações de vendas	Catálogos
Embalagens externas	Prêmios e presentes	Palestras	Reuniões de vendas	Malas diretas
Encartes da embalagem	Amostragem	Seminários	Programas de incentivo	Telemarketing
Filmes	Feiras setoriais	Relatórios anuais	Amostras	Vendas eletrônicas
Manuais e brochuras	Exposições	Doações	Feiras e exposições	Vendas por meio da televisão
Cartazes	Demonstrações	Patrocínios		Mala direta via fax
Reimpressão de anúncios	Cupons	Publicações		E-mail
Outdoors	Reembolsos parciais	Relações com a comunidade		Correio de voz
Painéis	Financiamento a juros baixos	Lobby		
Displays nos pontos-de-compra	Diversão	Mídia de identificação		
Material audiovisual	Concessões de troca	Revista ou jornal de empresa		
Símbolos e logotipos	Programas de fidelização	Eventos		
Fitas de vídeo	Integração com produtos de entretenimento			

Quadro 1 - Plataformas comuns de comunicação segundo Kotler (2005: 571)

As relações públicas são definidas como «os meios utilizados por uma organização para estabelecer a comunicação e a relação entre si e o seu público» (Alves e Bandeira, 2005: 301). Lahanque e Solatges dizem que as RP «têm por objectivo o estabelecimento de relações de confiança entre uma empresa e os seus públicos, baseados num conhecimento e compreensão recíprocas» (*apud* Lindon *et al.*, 2004: 348). Ainda segundo Lindon *et al.*

⁸ Citando a obra de Kotler (2005: 570) : «As definições são adaptadas de Peter D. Bennett (ed.), *Dictionary of marketing terms*. Chicago: American Marketing Association, 1995.»

(2004: 304), as relações públicas fazem parte da comunicação não-publicitária (relações com a imprensa, *sponsoring*, publicações e *sites* institucionais).

Ainda que este tipo de trabalho de RP esteja bastante direcionado para as relações com a imprensa, também envolve aspetos como a comunicação interna e a negociação de patrocínios (cf. Alves e Bandeira, 2005: 301). A eficácia das relações públicas é maior quando o público-alvo da empresa é mais restrito e quando se quer agir sobre a imagem de uma marca ou de uma empresa no seu conjunto (juntamente com o *sponsoring* e o mecenato) (cf. Lindon *et al.*, 2004: 314), o que parece ir ao encontro das atividades da Imprensa. Sendo uma editora universitária, a IUC tem diferentes necessidades e exigências relativamente a editoras que praticam um tipo de edição mais comercial, a qual normalmente alcança um público mais vasto.

Segundo Kotler (2005: 624), o departamento de relações públicas deve executar as seguintes funções:

- *Relações com a imprensa*: a apresentação de notícias e informações sobre a organização no melhor enfoque possível;
- *Publicidade de produto*: conjugação de esforços para divulgar produtos específicos;
- *Comunicação corporativa*: promoção da compreensão da organização mediante boletins internos e externos;
- *Lobby*: negociação com legisladores e autoridades governamentais para promover ou alterar a legislação e regulamentações;
- *Aconselhamento*: orientação da administração quanto a problemas públicos e quanto às posições à imagem da empresa. Isso inclui o aconselhamento no caso do fracasso de um produto⁹;

As relações públicas atuam como um interface entre a empresa e os seus públicos, e podem apresentar-se segundo um conjunto de tipos de comunicação (cf. Lindon *et al.*, 2004: 354). Os mais relevantes para este relatório incluem a atividade institucional, a comunicação de produto, as relações com os *media* e as relações públicas na *internet* (cf. Lindon *et al.* 2004: 354-355, 358-359).

⁹ Segundo Kotler (2005: 635): «Adaptado de Scott M. Cutlip, Allen H. Center e Glen M. Broom, *Effective Public Relations*, 8. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1997.»

A comunicação institucional é importante para qualquer editora. À partida, a história da Imprensa e o facto de estar associada à Universidade de Coimbra já contribuem para a existência de uma certa imagem de notoriedade, mas, ao estabelecer relações de longo prazo entre a empresa e os públicos, vai sendo construída a Imagem Global da empresa (cf. Lindon *et al.* 2004: 354). A imagem de uma empresa resulta de «múltiplas acções de comunicação e desempenha um papel fundamental na prossecução dos seus objectivos comerciais» (Lindon *et al.* 2004: 355). É influenciada por vários fatores, não só pelos produtos/serviços, mas também pelos «suportes físicos, o pessoal em contacto, a organização, os elementos de imagem visual, as acções de comunicação e os meios de comunicação» (Lindon *et al.* 2004: 355).

No quadro 2 encontram-se algumas das ferramentas que a Imprensa tem usado e com as quais convivi de forma mais próxima, como os lançamentos/eventos, os convites, os *press releases*, o *site* próprio e o uso da imprensa, com os propósitos de criar notoriedade e confiança, estimular, informar, envolver, credibilizar e dar a face (cf. Lindon *et al.* 2004: 355).

	1 Notoriedade	2 Confiança	3 Estimular	4 Informar	5 Envolver	6 Credibilizar	7 Dar a face
1. PÚBLICO INTERNO		- Aniversários - Festividades	- Concursos - Ofertas	- Jornal interno - Revistas - Quadros informativos - Intranet	- Concursos - Reuniões - Jornal - Clubes - Intranet	- Patrocínios - Mecenato	- Congressos - Seminários - Serviço público
2. PARCEIROS - consumidores - distribuidores - prescritores - fornecedores	- Inaugurações - Lançamentos - Feiras e salões - Congressos / seminários	- Festividades - Atendimento - Pós-venda - Imprensa	- Concursos - Feiras, salões - Exposições	- Imprensa - Brochuras - Jornal interno - Extranet	- Concursos - Feiras - Ofertas	- Congressos - Seminários - Patrocínios - Mecenato	- Imprensa - Brochuras - Vídeo-empresas
3. LÍDERES DE OPINIÃO Comunidade Financeira	- Convites para congrs. / semin. - Visita a instalações - Lançamentos	- Participação em eventos - Relatórios - Portas abertas	- Participação em encontros - Ofertas	- Imprensa - Brochuras - Portas abertas - Site próprio	- Participação em encontros	- Convites para congressos, seminários, feiras	- Reuniões - Congressos / seminários
4. SINDICATOS Associações Profissionais	- Brochuras - Participação em congressos / colóquios	- Reuniões - Artigos em revistas	- Debates	- Imprensa - Jornal interno	- Inaugurações - Lançamentos	- Encontros	- Debates - Reuniões
5. ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	- Encontros - Aniversários - Inaugurações	- Encontros - Lançamentos	- Encontros regulares - Reuniões informativas	- Press release - Dossier de imprensa - Conferência de imprensa - Site próprio	- Encontros regulares	- Convites para participar em acontecimentos	- Reuniões - Encontros - Visitas
6. COMUNIDADE LOCAL Órgãos de Soberania Adm. central	- Eventos - Imprensa - Acções de serviço público	- Causas sociais - Protecção do ambiente - Espécies em perigo	- Mecenato - Convites para participar em eventos	- Imprensa - Conferências - Colóquios - Seminários - Site próprio	- Participação em eventos	- Mecenato - Acções de serviço público	- Realização de manifestações culturais / defesa do ambiente

7. PÚBLICO EM GERAL	- Patrocínios	- Portas abertas	- Concursos	- Imprensa		- Congressos	- Exposições
	- Mecenato	- Protecção do ambiente	- Patrocínios	- Divulgação de acontecimentos	- Imprensa	- Seminários	- Feiras
	- Feiras e salões	- Protecção do ambiente	- Acções na internet	- Site próprio	- Concursos	- Protecção do ambiente	- Protecção do ambiente
	- Imprensa	- Espécies					

Quadro 2 – Fatores que concorrem para a imagem de uma empresa segundo Lindon *et al.* (2004: 355)

As relações públicas também se podem relacionar com a comunicação de produto, por meio da divulgação de um produto junto dos *media*, através de sessões de lançamento e comunicados de imprensa (que é o que a IUC faz quando edita uma nova obra) (cf. Lindon *et al.*, 2004: 358). Este tipo de divulgação também pode ajudar a gerar mais publicidade, por exemplo, caso sejam publicados artigos sobre o lançamento da obra (cf. Lindon *et al.*, 2004: 358). Por isso, é importante manter boas relações com os *media*.

Relativamente às relações públicas na *internet*, a existência de um sítio da Imprensa em que é dado destaque às últimas obras publicadas e a notícias relacionadas com a editora demonstra alguma preocupação com uma conceção mais dinâmica do *site* (cf. Lindon *et al.*, 2004: 359-360).

2.4.2. A avaliação do *site* da IUC

A primeira tarefa de que me incumbiram no início do estágio foi a de navegar no *site* da Imprensa e de o avaliar criticamente. Um *site* é um instrumento de comunicação e o aspeto do *site*, bem como o seu conteúdo, criam uma certa «presença». Contribui em igual medida para melhorar a imagem e aumentar a notoriedade e credibilidade da empresa e dos seus produtos (cf. Lindon *et al.*, 2004: 350). Não se deve resumir a um catálogo *online*, mas ser, isso sim, um meio através do qual podem ser prestados serviços de apoio ao cliente e se pode alcançar uma comunicação mais ativa das obras (como, por exemplo, através do anúncio das novidades do catálogo e dos *press releases*), bem como a divulgação de informações relativas à editora e aos seus autores (cf. Thompson, 2005: 315).

Gostaria de salvaguardar desde já que, após dezembro de 2011 (altura em que fiz esta análise crítica), o *site* sofreu uma remodelação enquadrada na renovação da imagem *online* da Universidade de Coimbra. O *site* da Imprensa passou a ter um novo visual, com uma estrutura mais simples e *clean* e, ao mesmo tempo, sofisticada, ainda que o conteúdo não tenha sofrido alterações relevantes. Atualmente é possível encontrar, na página inicial, alterações nos destaques, sendo dado maior relevo a algumas das últimas obras publicadas

pela Imprensa. Estas alterações conjugam-se com outras, designadamente, a introdução de pequenos destaques para secções do *site* relativas à história, à política editorial, à apresentação de propostas, às novidades editoriais e, no fundo da página, às notícias. De referir que o *layout* do *site* da livraria *online* não foi afetado por estas alterações de imagem.

Na sequência da minha observação e avaliação do *site*, efetuada em dezembro do ano passado, assinalei um conjunto de aspetos que me pareciam mais problemáticos e dei algumas sugestões de melhoria.

Questionei-me sobre a necessidade de repetir na página em si os subtemas que já estavam apresentados no menu de orientação localizado à esquerda (exemplos: secções «Informações Gerais», «Catálogo», «Autores», «Fotos»), mas também pensei que talvez esta opção de repetição de informação tivesse como objetivo o auxílio do utilizador, numa lógica relacionada com a heurística da visibilidade do estado do sistema (cf. Nielsen, 2005)¹⁰. Ao manter o menu no lado esquerdo ao longo da navegação em todas as páginas do *site* está a ser respeitada a heurística da liberdade e controlo por parte do utilizador, que tem em conta o facto de os utilizadores escolherem certas funções sem querer, devendo existir atalhos que permitam desfazer essas escolhas (cf. Nielsen, 2005). Na secção «Informações Gerais», o conteúdo da página «História» da IUC poderia ser apresentado de uma forma mais agradável para o leitor, dada a sua extensão.

Na secção do catálogo, reparei que alguns dos livros da área de «Ensino» publicados entre os anos 2005-2007 redirecionavam o utilizador para uma página de erro¹¹. Jakob Nielsen refere a prevenção de erros como outra das heurísticas para o *design* de interfaces para o utilizador (cf. Nielsen, 2005)¹². Contudo, a página de erro dá a possibilidade de voltar à página anteriormente visitada, o que é positivo para o utilizador. Também considereei que pudesse ser benéfica uma subdivisão das obras da coleção «Ensino», nas diversas áreas de conhecimento que a constituem. Apercebi-me ainda de que, ao contrário do restante catálogo, as obras das coleções «Investigação», «Outros títulos» e «Revistas» estavam ordenadas da mais antiga para a mais recente.

¹⁰ «The system should always keep users informed about what is going on, through appropriate feedback within reasonable time.» (Nielsen, 2005)

¹¹ Algo que ainda não tinha sido resolvido à data de 11 de setembro de 2012.

¹² «Even better than good error messages is a careful design which prevents a problem from occurring in the first place.» (Nielsen, 2005)

Sugeri que a sub-secção «No Prelo» (escondida na secção «Catálogo») pudesse ter maior destaque, já que contém a lista de obras que irão ser publicadas (uma espécie de *teaser*). Talvez também se pudesse realçar mais os perfis da Imprensa no *Facebook* e no *Twitter* na página de entrada, dada a crescente importância das redes sociais nos dias de hoje (no *design* atual do *site*, já existem ícones remetendo para as redes sociais no topo da *homepage*).

Por fim, destaquei a confusão que a hiperligação no fundo do *site* para a loja virtual poderia criar, porque os visitantes podiam ser levados a pensar que a loja virtual era da Imprensa, quando, na verdade, eram enviados para a loja virtual da própria Universidade de Coimbra. Entretanto, esta questão foi já resolvida através da inclusão (no terço superior da página inicial do *site* da Imprensa) de um *link* para a livraria *online*.

2.4.3. Comunicados de imprensa

Outra das tarefas que desempenhei foi a redação de alguns *press releases*, nomeadamente para as obras *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)*, *Da Bolsa e suas Operações* e *Do Oitavo Passageiro ao Clone Número 8* (ver anexo 12).

O comunicado de imprensa é uma ferramenta de comunicação que permite divulgar e dar a conhecer resumidamente a obra e o próprio autor junto dos órgãos de comunicação social e do público. É igualmente uma forma de aumentar a notoriedade das obras (e da IUC em geral) e de desenvolver uma atmosfera de confiança com os *media* (cf. Lindon *et al.*, 2004: 350), e vêm muitas vezes associados a convites para as respetivas sessões de lançamento.

Apesar de cada uma destas obras abordar um tema distinto, existiam elementos de estrutura comuns a todos estes comunicados. O primeiro parágrafo deveria conter as informações essenciais relativamente à divulgação da obra (o título e o nome do autor) e à sua apresentação (a data, o local da sua apresentação e os apresentadores). Se houvesse algum evento relevante, seria mencionado neste parágrafo inicial. Por exemplo, foi referida, num dos comunicados, uma sessão cinematográfica relacionada com um dos filmes que o autor tinha analisado na sua obra (*África Nossa*).

A seguir era necessário escrever um pouco sobre a obra em si, fazendo uma breve descrição da mesma e referindo os seus temas principais, os seus objetivos e a relevância da sua publicação para o público-alvo.

Por fim, era dado destaque ao(s) autor(es) através de uma curta apresentação dos elementos mais importantes do seu currículo académico e profissional.

Para elaborar estes comunicados de imprensa, apoiava-me na informação disponível sobre as obras e os autores no *site* da Imprensa, noutros auxiliares de divulgação, como convites e mesmo entrevistas com os autores (como sucedeu com a obra *Do Oitavo Passageiro ao Clone Número 8*, em que recolhi alguma informação de uma entrevista que a autora concedera a um suplemento do jornal *Público*). Normalmente, os *press releases* eram divulgados no *site* da Imprensa e em alguns meios de comunicação locais, como o *Diário de Coimbra*.

2.4.4. Sessões de lançamento

Marquei presença em algumas das apresentações de novas obras publicadas pela Imprensa (*África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)*, *Do Oitavo Passageiro ao Clone Número 8* e *Sementes de Ciência*)¹³.

Estes eventos têm o objetivo de comunicar e de divulgar, e, por isso, também se incluem no trabalho de relações públicas. A editora, ao organizar estas sessões de lançamento, procura promover um maior contacto entre os editores, os autores e os leitores.

É o autor quem decide o local onde irá realizar-se este acontecimento, bem como os apresentadores do mesmo. Este tipo de eventos contribui para o prestígio e a credibilização simultânea da obra e da editora e também pode ajudar a criar e a demonstrar boas relações com a comunidade local e a destacar a importância das atividades da Imprensa para o desenvolvimento da edição académica e da região de Coimbra (cf. Lindon *et al.*, 2004: 350). Por exemplo, os eventos nos quais estive presente tiveram lugar em locais como o Teatro Académico Gil Vicente, o Centro Cultural D. Dinis e o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Os eventos a que assisti caracterizaram-se por uma forte concentração no conteúdo das obras, sendo apresentados de forma resumida os assuntos de que tratam. Dependendo dos

¹³ Para as duas primeiras redigi os respetivos comunicados de imprensa.

próprios temas abordados, às vezes as sessões poderiam não ser muito acessíveis a quem não tivesse um conhecimento aprofundado dos mesmos, e, com isso, eram direcionadas para um público-alvo mais restrito. Já na sessão de lançamento da obra *África Nossa* aconteceu um pouco o oposto. A interação com o público foi maior, pois os temas em causa (África, o passado colonial português e documentação cinematográfica relacionada) convidavam a uma discussão mais aberta e participada.

2.5. ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

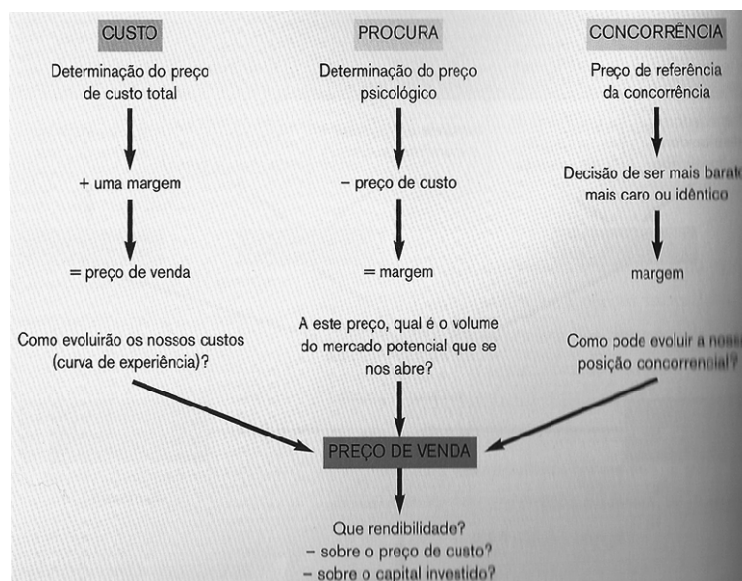
Durante o meu estágio, enviei pedidos de orçamentos a várias gráficas com quem é habitual a Imprensa trabalhar. Para tal, era necessário recolher dados sobre o livro em si, tais como o formato, o número de páginas, a tiragem desejada, o tipo de impressão (as cores, o tipo e a gramagem do papel) e os acabamentos pretendidos (a plasticização, o tipo de encadernação, a existência de badanas ou não na capa), para que as gráficas pudessem calcular os valores de execução da obra (que variam de acordo com a complexidade do trabalho pedido, os materiais e a tiragem).

Uma vez que a Imprensa faz parte de uma instituição pública (a Universidade de Coimbra), tem que respeitar o princípio da imparcialidade e, por isso, é necessário ir alternando as gráficas com que trabalha. À medida que ia recebendo os orçamentos por parte das gráficas, ia realizando exercícios de cálculo de custos de impressão, paginação e produção, para depois calcular os preços de custo para cada um deles, valores necessários para depois se poder definir o preço de capa/venda para cada uma das obras.

O preço, uma das variáveis do *marketing-mix*, distingue-se das outras na medida em que, para além de «poder contribuir para a imagem, pretende transformar esse valor em lucro para a empresa» (Lindon *et al.*, 2004: 237). É uma variável estratégica, e as decisões tomadas sobre o preço podem ser aplicadas com efeito imediato (cf. Lindon *et al.*, 2004: 237). Os fatores que influenciam a definição do preço incluem aspetos como os custos, as condições de crédito e pagamento, a política dos concorrentes e a procura (cf. Alves e Bandeira, 2005: 226).

Existem três grandes métodos de determinação dos preços (ver esquema 2) – custos, procura e concorrência – e a Imprensa opta por aquele que é o mais utilizado, ou seja, o dos custos (cf. Lindon *et al.*, 2004: 238-240).

Determinar o preço a partir do custo implica ter em conta fatores externos (como fornecedores, distribuidores e fiscalidade) e internos (condições de produção da empresa), e pressupõe o cálculo do preço de custo total, juntando-lhe uma margem, e a soma desses dois valores resultará no preço de venda (cf. Lindon *et al.*, 2004: 239-240). Quando as obras são financiadas (através de patrocínios ou da atribuição de subsídios), isso é muito positivo para a Imprensa, já que permite uma redução de despesas.



Esquema 2 – A determinação do preço a partir do custo, da procura e da concorrência segundo Lindon *et al.* (2004: 240)

Os custos de impressão eram fornecidos pela gráfica, mas era necessário acrescentar-lhes o IVA de 6% aplicável à indústria livreira para efetuar corretamente os cálculos. O valor referente à paginação variava, dependendo de a obra ser composta apenas por texto ou conter imagens, gráficos e tabelas para os quais era necessário um tratamento especial. A soma destes dois valores (impressão + paginação) corresponde aos custos de produção.

O preço de custo de cada exemplar era calculado através da divisão do custo de produção pelo número de exemplares que compunham a tiragem. É a partir deste valor obtido que iria ser determinado o preço de capa da obra para venda ao público (multiplicado por dois ou por três, dependendo da tiragem).

A determinação da tiragem para cada obra é um ponto essencial da produção de um livro – por um lado, um maior número de exemplares faz com que o preço de custo baixe e, conseqüentemente, que baixe também o preço de capa, mas uma tiragem demasiado elevada face à procura prevista faz com que possa existir uma acumulação de livros

excessiva em armazém (o que pode ser problemático na gestão de *stocks*) e dificulta o alcance do *break even point* (do qual falarei mais à frente).

A edição eletrónica pode ser uma boa alternativa para aqueles casos em que a edição em papel não será suficientemente rentável para compensar os custos de produção, quer por o público-alvo ser mais restrito ou a tiragem ser menor. Este tipo de edição permite também a redução do preço de cada obra, porque certas despesas desaparecem (nomeadamente as de impressão e de distribuição, ao eliminar intermediários), e assim as editoras poderão ter, à partida, uma margem de lucro mais elevada.

Estes exercícios de cálculo de custos foram importantes, já que, ao aprender as fórmulas utilizadas para chegar a cada um dos valores, pude ver de forma mais concreta os valores praticados no mercado e de que forma influenciam os custos de produção de um livro. Para além disso, foi interessante verificar e comparar os diferentes valores orçamentados pelas gráficas.

Ao falar dos custos como forma de definir o preço, é relevante falar um pouco sobre o *break even point* ou ponto morto. «O ponto morto é o nível de actividade no qual a empresa equilibra a sua exploração» (Lindon *et al.*, 2004: 242), ou seja, o ponto em que «as vendas cobrem os custos variáveis e [...] os custos fixos» (Lindon *et al.*, 2004: 242). O cálculo do *break even point* permite saber «o ponto em que o valor total das receitas iguala o total dos custos», isto é, «o ponto em que o lucro é nulo» (Alves e Bandeira, 2005: 62). Para sabermos o ponto morto, é necessário dividir o total dos custos fixos pela margem sobre custos variáveis (cf. Lindon *et al.*, 2004: 242). Ao determinarmos o ponto morto, saberemos qual é o número de exemplares que precisamos de vender para que os custos fixos e variáveis sejam compensados. Abaixo deste valor teremos prejuízos, acima começaremos a ter margem de lucro (cf. Alves e Bandeira, 2005: 33). O *break even* também pode ser útil para determinar o preço que se deve fixar para atingir os objetivos de venda e a rentabilidade prevista (cf. Alves e Bandeira, 2005: 34). Segundo a Dra. Maria João Padez, dois terços das vendas são normalmente suficientes para cobrir o *break even point*.

Um dos problemas relacionados com os preços de custo e de capa com que me deparei durante o meu estágio diz respeito ao cálculo dos direitos de autor. Sobre que preço deverão esses direitos ser calculados? Sobre o preço de custo ou o preço da capa? O cálculo sobre este último faz com que o autor tenha direito a uma margem maior, e isso

não é muito vantajoso para a Imprensa; por conseguinte, esta é uma questão que tem levantado discussão.

Ainda no âmbito da orçamentação, desempenhei uma tarefa pontual de levantamento do número de imagens digitalizadas presentes nos anexos de uma obra a fim de se pedir um orçamento do tratamento das mesmas, já que essas imagens não se encontravam em condições de serem publicadas.

Outra das tarefas administrativas que executei foi a realização de diversos pedidos de atribuição de ISBN para originais e também para obras previamente publicadas pela editora académica brasileira *Annablume*, com a qual a Imprensa estabeleceu uma parceria. Por isso, tinha que fornecer no meu pedido (efetuado por correio eletrónico) dados como o editor (neste caso a Imprensa da Universidade de Coimbra), o prefixo de editor, o(s) autor(es) da obra, o título e outras características tidas como pertinentes tais como o suporte, o tipo de encadernação, o formato e o número de volumes.

Ocasionalmente também fiz a atualização do estado de várias obras a serem publicadas em 2012 nos documentos e plataformas apropriados (usados para gerir internamente a produção dos vários títulos), designadamente, a atualização da lista de obras publicadas entre 1999 e 2012 (incluindo também já alguns dados de obras em fase mais adiantada de produção para publicação até final de 2012).

Outras tarefas pontuais envolveram a criação de etiquetas para pastas de arquivo de processos de obras, a ajuda prestada à responsável pela contabilidade e orçamentação no fecho das contas do ano de 2011, assim como a receção de pessoas nas instalações da Imprensa ou o atendimento de alguns telefonemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando optei por realizar estágio curricular, os meus objetivos passavam por poder contactar com a realidade prática do mundo editorial, vivendo o dia a dia desta área e ganhando novos conhecimentos. Pretendia com o estágio adquirir competências práticas que se aliassem à aprendizagem mais teórica feita ao longo do mestrado e da licenciatura. Penso que o estágio na Imprensa da Universidade de Coimbra foi muito enriquecedor, pois tive a possibilidade de ter esse contacto com o mundo profissional real, neste caso através da perspetiva da edição académica. Penso que um dos maiores desafios do estágio foi a gestão de tarefas e do tempo devotado a cada delas, pois existem sempre vários trabalhos

para serem realizados, mas nem todos têm a mesma prioridade e, enquanto estamos a trabalhar numa tarefa, pode entretanto surgir outra mais importante que necessita de resolução célere. Tomei clara consciência de que é importante ter flexibilidade mental e saber gerir a ansiedade e o *stress* que este tipo de questões pudesse suscitar.

Como já referi anteriormente, o meu estágio passou em grande parte pela digitalização de obras e revisão de provas, mas também por tarefas relacionadas com a área da comunicação, administração e orçamentação, e até do controlo de qualidade de impressão.

Creio que foi importante poder ter este contacto com o início da aposta da Imprensa na edição digital, o que veio ao encontro daquilo que tantas vezes ouvira relativamente ao mundo editorial ao longo da minha formação. Relativamente às tarefas de digitalização que realizei neste âmbito, aprendi que, apesar de muitas vezes este tipo de trabalho ser desvalorizado, é, na verdade, a base de tudo. Um livro com uma maior qualidade de digitalização beneficia quer a editora que o disponibiliza, quer o leitor que terá acesso ao mesmo. Diferentes livros podem exigir diferentes cuidados, pois as suas características variam e há uns de digitalização mais fácil do que outros.

A revisão de provas mostrou-me a importância de capacidades como a atenção aos detalhes, a minúcia e a concentração para a realização de uma boa revisão. Para além disso, é necessário saber tomar as decisões mais adequadas à obra que estamos a rever, tendo em conta o que se nos apresenta e o que o autor pretende transmitir. Ao mesmo tempo, pude confirmar como, de facto, nenhuma revisão é perfeita, pois não existem revisores infalíveis, e eu não fui exceção a essa regra. Por vezes, quem trabalhava na paginação detetava um ou outro erro do qual eu não me tinha dado conta previamente.

A receção pela Imprensa de uma edição cheia de defeitos enviada pela gráfica – situação sempre desagradável para uma editora – acabou por ser uma oportunidade de aprendizagem para mim, assim como para os meus colegas estagiários, que pudemos realizar um controlo de qualidade de impressão de uma obra. Achei que foi muito útil, pois pude testemunhar um aspeto mais negativo desta área, e penso que é importante ter contacto com estas situações, não só para entender o que é que e porque é que correu mal, mas também para saber o que fazer, quais os procedimentos a seguir para resolver estes problemas. Foi uma oportunidade para aprender e para saber diferenciar os vários problemas que uma má impressão pode originar.

A escrita dos comunicados de imprensa mostrou-me que há que saber que informação é importante passar, como é que deve ser transmitida e de que forma deve ser estruturada. Há que saber comunicar de forma adequada, resumida e sem repetições; quer as sessões de lançamento, quer o *site* são elementos de Relações Públicas e tudo contribui para a construção da imagem da Imprensa.

As várias tarefas de administração e orçamentação que desempenhei também me mostraram a diversidade de aspetos inerentes à atividade de uma editora, bem como alguns dos mecanismos de funcionamento relativamente à escolha das gráficas. Lidar com orçamentos e com cálculos de custos permitiu-me ter uma noção mais realista do tipo de valores praticados nesta área, da forma como se relacionam com os preços de capa das obras e do conhecimento que as empresas devem ter do *break even point* (o ponto em que as receitas cobrem a totalidade dos custos) e da importância que lhe devem dar na orientação da sua atividade.

Há também outro tipo de conhecimentos que uma experiência de estágio nos transmite relativamente às dinâmicas interpessoais, quer a um nível interno (equipa da Imprensa), quer a um nível externo (com gráficas, distribuidoras, autores). A existência de um bom ambiente de trabalho certamente que contribui para um bem-estar coletivo e contribui para uma maior produtividade e cooperação. Por outro lado, trabalhar com autores é trabalhar com egos, e cada autor é distinto. Se, por um lado, há pessoas mais abertas ao diálogo, de trato mais fácil e mais compreensivas perante certas questões, já outras são mais inflexíveis, o que, em certos casos, pode mesmo dificultar a própria produção da obra.

O facto de, a dada altura estarem três, quatro pessoas a realizar estágio complicou o devido acompanhamento de cada um na realização das tarefas que nos eram propostas, o que foi sentido também pelos supervisores. Posso dizer que notei grande diferença na segunda metade do meu estágio, uma vez que, a partir de fevereiro, passei a ser a única estagiária e começou a haver mais tempo para ser acompanhada e para esclarecer as minhas dúvidas e questões, o que beneficiou em muito a minha experiência de estágio.

Refletindo retrospectivamente sobre o estágio realizado, e naquilo que gostaria de ter aprendido ou feito mais, posso dizer que desejava ter tido mais contacto com o aspeto gráfico e visual das obras e de ter tido ocasião de compreender melhor as razões que fundamentam opções e tomadas de decisões; também gostaria de ter tido a oportunidade de visitar uma gráfica e de testemunhar a produção de uma das obras da Imprensa, algo que

acabou por não se proporcionar. Por último, apesar de ter tido oportunidade de conhecer e compreender a complexidade das dinâmicas entre autor e editor, gostaria de as ter explorado um pouco mais.

Independentemente disso, e reiterando o que já disse no início desta reflexão, considero que o meu estágio na Imprensa foi muito positivo, não só porque me proporcionou uma experiência de trabalho de grande importância para a minha formação, mas também pela oportunidade que tive de ser integrada numa equipa sempre pronta a ensinar, a ajudar e a partilhar.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Caetano e Sílvia Bandeira – *Dicionário de Marketing*. Porto : Edições IPAM, 2005 (3ª ed.).

Antunes, Álvaro F. – *Manual de estilo gráfico : para escritores, jornalistas, editores, revisores e gráficos*. Mem Martins : Edições CETOP, cop. 1997.

Business Wire – «Amazon.com announces first quarter sales up 34% to \$13.18 billion; 16 of the top 100 bestselling titles are exclusive to the Kindle store». [Em linha]. Business Wire, 26 abr. 2012 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.businesswire.com/news/home/20120426006930/en/AMAZON.COM-ANNOUNCES-QUARTER-SALES-34-13.18-BILLION>>.

Butcher, Judith – *Butcher's copy-editing : the Cambridge handbook for editors, copy-editors and proofreaders*. 4th ed., fully rev. and updated. Cambridge : Cambridge University Press, 2007.

Cole, George – «Will the eBook finally replace paper?» [Em linha]. *The Guardian*, 5 out. 2006 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.guardian.co.uk/technology/2006/oct/05/guardianweeklytechnologysection4>>.

Cox, Erin L. – «Textbooks in the Future: Born Digital, Regular Updates, and Lifelong Access». [Em linha]. Publishing Perspectives, 5 jun. 2012 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://publishingperspectives.com/2012/06/textbooks-in-the-future-born-digital-regular-updates-and-lifelong-access/>>.

Critchley, William – *The pocket book of proofreading : a guide to freelance proofreading & copy-editing*. Poole : First English Books, 2007.

Diário Digital/Lusa – «Livro: Digitalização e pirataria dominam Congresso nos Açores». [Em linha]. Diário Digital, 2 mar. 2012 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=539022>.

Diário Digital/Lusa – «Mais de mil cópias ilegais de livros apreendidos em 2011». [Em linha]. Diário Digital, 28 out. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=561405>.

Estes, Adam Clark – «The Unintended Consequences of E-Books' Crazy Popularity». [Em linha]. The Atlantic Wire, 9 set. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.theatlanticwire.com/technology/2011/09/unintended-economics-consequences-e-books/42286/>>.

Falk, Joshua – «In an e-reader era, students prefer paper». [Em linha]. *Pittsburgh Post-Gazette*, 3 set. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.post-gazette.com/stories/sectionfront/life/in-an-e-reader-era-students-prefer-paper-313089/?p=0>>.

Faria, Maria Isabel e Maria da Graça Pericão – *Dicionário do Livro : da escrita ao livro electrónico*. Coimbra : Almedina, 2008.

Furtado, José Afonso – *O papel e o pixel : do impresso ao digital : continuidades e transformações*. Lisboa : Ariadne, 2007.

GIEM/ISCTE/APEL – Estudo do Setor de Edição e Livrarias e Dimensão do Mercado da Cópia Ilegal [Em linha]. APEL, março 2012. [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível na internet:<URL: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/EstudodoSetordeEdicaoLivrariaseDimensaoMercadoCopiaIlegal_06mar2012.pdf>.

Herther, Nancy K. – «University Presses Lead the Way for Publisher-Based Ebook Systems». [Em linha]. Information Today, Inc., 10 out. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL:

<http://newsbreaks.infotoday.com/NewsBreaks/University-Presses-Lead-the-Way-for-PublisherBased-Ebook-Systems-78139.asp>>.

Hickey, Hannah – «College students use of Kindle DX points to e-readers role in academia». [Em linha]. WT Today., 2 mai. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.washington.edu/news/2011/05/02/college-students-use-of-kindle-dx-points-to-e-readers-role-in-academia/>>.

IUC – «Autores – Procedimentos.» [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011a [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/procedimentos>.

IUC – «Catálogo». [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011b [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo>.

IUC – «Informações Gerais – Distribuidora/Locais de Venda». [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011c [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/locaisvenda>.

IUC – «Informações Gerais – História». [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011d [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/historia>.

IUC – «Informações Gerais – Patrocínios/apoios». [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011e [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/patrocinius2>.

IUC – «Informações Gerais – Política Editorial»l. [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011f [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/politicaeditorial>.

IUC – «Informações Gerais – Regulamento». [Em linha]. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011g [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc/imprensa/regulamento>.

Jensen, Michael Jon – «University Presses in the Ecosystem of 2020». *The Journal of Electronic Publishing* [Em linha]. Vol. 13, n.º2 (Fall 2010). [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível na internet:<URL: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0013.209>>.

Jones, Philips – «Where are we going on digital royalties». [Em linha]. Futurebook, 14 out. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://futurebook.net/content/where-are-we-going-digital-royalties>>.

Kotler, Philip – *Administração de Marketing: a edição do novo milénio*. São Paulo : Prentice Hall, 2005 (10ª ed.).

Lindon, Denis *et al.* – *Mercator XXI: teoria e prática do marketing*. Lisboa : Dom Quixote, 2004 (10ª ed.).

Lusa – «Estudo deteta 500 postos de venda de cópias ilegais». [Em linha]. *Diário de Notícias*, 28 out. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=2086672&seccao=Livros>.

Lusa – «Vasco Graça Moura: “Acordo Ortográfico tem de ser revisto”». [Em linha]. *Público*, 30 mai. 2012. [Consult. 26 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://publico.pt/1548282>>.

Meadows, Chris – «The state of digital royalties». [Em linha]. Teleread, 15 out. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.teleread.com/ebooks/the-state-of-digital-royalties/>>.

Medeiros, João Bosco – *Manual de redação e normalização textual : técnicas de editoração e revisão*. São Paulo : Atlas, 2002.

Mikhli, Karina – «Migrating to Digital Publishing? The Six Key Questions to Ask». [Em linha]. Publishing Perspectives, 8 set. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://publishingperspectives.com/2011/09/migrating-to-digital-six-key-questions/>>.

Nielsen, Jakob – «10 Heuristics for user Interface Design». [Em linha]. Use It, 2005 [Consult. 10 jul. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.useit.com/papers/heuristic/heuristic_list.html>.

Owen, Laura Hazard – «Study: Book Publishers' 'Optimism Waning' As Digital Transition Continues». [Em linha]. Paid Content – The Economics of Digital Content, 13 jan. 2012. [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://paidcontent.org/2012/01/13/419-study-book-publishers-optimism-waning-as-digital-transition-continues/>>.

Rocha, Inês – «Livro: Digitalização e pirataria dominam Congresso nos Açores». [Em linha]. Jornalismo Porto Net, 16 mar. 2012 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://jpn.c2com.up.pt/2012/03/16/internet_setor_livreiro_portugues_enfrenta_os_desafios_do_digital.html>.

Smith, Catharine – «iPad sales: 3 million new tablets sold during first weekend, says Apple». [Em linha]. *Huffington Post*, 19 jun. 2012 [Consult. 3 jul. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.huffingtonpost.com/2012/03/19/ipad-sales-first-weekend_n_1365421.html>.

Sol – «Maior distribuidora de livros portuguesa abre falência». [Em linha]. *Sol*, 23 abr. 2012 [Consult. 3 jul. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://sol.sapo.pt/inicio/Cultura/Interior.aspx?content_id=47577>.

Thompson, John Brookshire – *Books in the digital age : the transformation of academic and higher education publishing in Britain and the United States*. Cambridge : Polity, cop. 2005.

TSF – «Porto Editora alerta para perigo da pirataria de livros na Internet». [Em linha]. TSF, 23 abr. 2010 [Consult. 7 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=1551557>.

Wilkins, Andrew – «E-book Explosion Outside US at Least Three Years Away» [Em linha]. Publishing Perspectives, 10 out. 2011. [Consult. 19 jun. 2012] Disponível em WWW:<URL: <http://publishingperspectives.com/2011/10/ebook-explosion-outside-us-at-least-three-years-away/>>.

Yeoh, Oon – «E-books: The slow wave». [Em linha]. *The SUNDAILY*, 14 dez. 2011 [Consult. 19 jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.thesundaily.my/news/237851>>.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de entrega de originais

FICHA DE ENTREGA DE ORIGINAIS

1. Dados sobre a obra

Titulo		
Autor		
Co-autores (se existirem)		
N.º de caracteres, incluindo espaços		
Suporte de apresentação		
Tipo de publicação		
Público-alvo: Caracterização Quantificação aproximada de potenciais compradores por ano Localização		
Língua (s) da obra. Se traduzida, inserir língua original		
Países onde a obra poderá ser vendida		
Indicar número de		
Breve resumo da obra (máx. 1000 caracteres), que deverá figurar na badana da capa e no site da IUC.		
Por favor, insira o Sumário da obra (anexar se necessário)		
Que outras obras deste género/tema já existem no mercado?	Nome da obra concorrente	Diferenças da obra proposta

Que características distinguem esta obra das outras obras da mesma temática? (razão de ser da publicação)		
Possíveis instituições interessadas em financiar a obra		

2. Manuais de ensino (se aplicável)

Para que disciplinas/cursos específicos se dirige esta obra	
Para que ano ou ciclo de ensino será a obra	
Nº médio de alunos	
A disciplina/cadeira é opcional ou obrigatória?	
O manual seria de leitura obrigatória, suplementar ou recomendada?	
Possíveis prescritores do manual (nome, grau académico e curso/disciplina leccionada)	

3. Dados sobre o autor/coordenador

Nome	
N.º de BI/CC	
NIF	
Instituição	
Categoria	
Telefone- telemóvel	

Morada:	
E-mail	
URL	
Redes Sociais (Facebook, Twitter, Blog, etc.)	
Disponibilidade do autor para divulgação da obra (apresentações, fóruns online, etc.)	
Endereço Postal	
<i>Nota curricular</i> (máx. 1000 caracteres), que deverá figurar na bandeja da capa e no site da IUC.	
Outras obras publicadas pelo autor:	
Modalidade de pagamento dos direitos de autor que prefere (em valor monetário – 10 % sobre o preço de capa dos livros vendidos anualmente - ou 10% da tiragem da obra).	

Muito obrigado por completar esta ficha e pelo interesse mostrado na Imprensa da Universidade de Coimbra. Se a proposta de edição for aprovada, entraremos em contacto com o autor de forma a iniciar uma próspera relação profissional.

Anexo 2 - Declaração de autoria e autorização de publicação

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

TÍTULO DA OBRA:

NOME DO AUTOR:

1. O(A) Signatário(a) declara que autoriza a publicação do trabalho supra mencionado pela **Imprensa da Universidade de Coimbra**.
2. Mais declara que o dito trabalho é original e de sua autoria, exceptuando-se eventuais elementos tais como passagens de texto, figuras e datas que identifiquem claramente a fonte original, explicitando as autorizações obtidas dos respectivos proprietários, quando necessárias.

3. Compromete-se o(a) signatário(a) a fornecer todas as imagens a inserir na publicação em apreço com a qualidade de reprodução aconselhável (mínimo 300 dpi's, formato Tif) e acompanhadas dos respectivos créditos e das competentes declarações de autorização de cedência.

Data

____/____/____

Assinatura:

Anexo 3 - Declaração para cedência de imagens

DECLARAÇÃO PARA CEDÊNCIA DE IMAGENS

Eu, abaixo assinado, _____, portador do Bilhete de Identidade n.º _____, emitido por _____ em __/__/____, declaro que autorizo a Imprensa da Universidade de Coimbra a publicar, para ilustração da obra intitulada _____, _____ imagens da minha autoria.

As imagens em causa são as seguintes:

Pela publicação destas imagens não será devido o pagamento dos respectivos direitos de autor, nem quaisquer outros ónus ou encargos que não os decorrentes da publicação e impressão da obra a cuja ilustração as imagens se destinam.

A Imprensa da Universidade de Coimbra compromete-se a mencionar a autoria das imagens cedidas e, bem assim, a solicitar a autorização para a utilização das imagens para quaisquer outros fins que não o constante da presente declaração.

As imagens cedidas não poderão, em caso algum, ser cedidas a outrem sem expressa e prévia autorização do seu autor.

_____, aos ____ de _____ de _____

Assinatura

Anexo 4 – Relatório com considerações gerais sobre a tarefa de digitalização

Digitalização de obras da Imprensa no período compreendido entre 16/01/2012 e 20/03/2012 (Susana + Irma + Tânia + Carla)

93 títulos digitalizados até agora (de notar que alguns deles têm vários volumes)

5 deles apareciam nos conjuntos de obras recolhidas na biblioteca para digitalizar, ainda que mais tarde se tenha verificado que não apareciam na primeira prioridade de digitalização (possivelmente algum lapso)

100 livros digitalizados (vários volumes podem pertencer ao mesmo título)

Dias em que foram efectuadas digitalizações (durante a manhã, tarde ou ambas):

Janeiro	16	17	18	19	20	21	22
	23	24	25	26	27	28	29
Fevereiro	30	31	1	2	3	4	5
	6	7	8	9	10	11	12
	13	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25	26
Março	27	28	29	1	2	3	4
	5	6	7	8	9	10	11
	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25

24 dias no total

Anexo 5 – Relatório com a lista de obras em cuja digitalização participei

LISTA DE OBRAS EM CUJA DIGITALIZAÇÃO (PARCIAL OU TOTAL) PARTICIPEI ENTRE 16/01/2012 E 19/03/2012 – BGUC

Número aproximado do total de páginas de todos os volumes digitalizados = +/- 12.500 (12.487)

Número de títulos = **82** (alguns deles têm vários volumes)

4 deles apareciam nos conjuntos de obras recolhidas na biblioteca para digitalizar, ainda que mais tarde se tenha verificado que não apareciam na primeira prioridade de digitalização (possivelmente algum lapso)

Número de volumes = **87** (vários volumes podem pertencer ao mesmo título)

1. BARREIROS, Fortunato José – Cartas que a El-Rei D. Pedro V dirigiu de Inglaterra, Bélgica, Prússia, Áustria, Sardenha e França o general de artilharia Fortunato José Barreiros – Coimbra – IU – 1927 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37- 8-28 (c. 310 pp.)
2. BARRETO, Bissaia – O ensino da técnica operatória e patologia cirúrgica em Coimbra

- (1920 - 1921) – Coimbra – IU – 1922 – Coimbra – Imprensa da Universidade – outro exemplar – BGUC - Gav. - 5-37-36-63 (c. 140 pp.)
3. BELL, Aubrey F. G. – Gil Vicente – Coimbra – IU – 1915 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-28-109 (c. 45 pp.)
 4. BENSUAUDE, Joaquim – Lacunes et Surprises de l' Histoire des Decouvertes Maritimes – Coimbra – IU – 1930 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-15 (c. 200 pp.)
 5. BRAGA, Theophilo – Cancioneiro Popular – Coimbra – IU – 1867 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-3-3 (c. 235 pp.)
 6. BURITY, Braz – Teatro e Artistas – Coimbra – IU – 1925 - Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Carvalho (J. M. Teixeira de) – BGUC - Gav. - s/c [ver #14 e 51] (c. 420 pp.)
 7. BYRON, Lord – O Giaour – Coimbra – IU – 1893 - Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Byron (Lord) - Manfredo – BGUC - Gav. - 5-37-18-34 [ver #8] (c. 135 pp.)
 8. BYRON, Lord – Manfredo - Junto: O Giaour – Coimbra – IU – 1893 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-34 [ver #7]
 9. CABREIRA, Antonio – Allocução proferida na sessão de homenagem a Theophilo Braga realizada no Grande Club de Lisboa em 24 de Fevereiro de 1907 – Coimbra – IU – 1907 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-10A-44-20 (c. 5 pp.)
 10. CAGNAT, R. – Les Lusitaniens dans l' armée romaine. Mais 4 exemplares. (Separata da <<Miscelânea científica e literaria dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos>>) – Coimbra – IU – 1931 - Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-33-67 (c. 6 pp.)
 11. Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins – Coimbra – IU – 1931 – 1 Vol. – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-15-25 (c. 180 pp.)
 12. CARVALHO, J. M. Teixeira de – “Comédia Eufrosina” de Jorge Ferreira de Vasconcelos – Coimbra – IU – 1922 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-33-90 (c. 45 pp.)
 13. CARVALHO, J. M. Teixeira de – Crónica do felicíssimo rei D. Manuel, composta por Damião de Góis – Coimbra – IU – 1926 – 4 vols. – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-9-42 a 45 [ver #50] (parte II + III + IV = c. 690 pp.)
 14. CARVALHO, J. M. Teixeira de – Teatro e artistas prefaciado pelo Dr. Joaquim Madureira (Braz Burity) – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-2 [ver #6 e 51]
 15. CARVALHO, J. Coelho de – O Cântico dos Cânticos – Coimbra – IU – 1878 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-27-18-4 (c. 64 pp.)
 16. CARVALHO, Joaquim de – Leão Hebreu, Filósofo (para a história do Platonismo no Renascimento) (dissertação) – Coimbra – IU – 1918 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-30-14 (c. 160 pp.)
 17. CARVALHO, Joaquim de – A livraria dum letrado do século XVI. Frei Diogo de Murça – Coimbra – IU – 1927 - Coimbra – Imprensa da Universidade – 3 exemplares – BGUC - Gav. - 5-37-20-57 (c. 35 pp.)
 18. CARVALHO, Joaquim de – António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença. - Vol. I : António de Gouveia e Pedro Ramo – Coimbra – IU – 1916 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-31-26 (c. 195 pp.)
 19. CARVALHO, Joaquim de – Discurso proferido na sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos – Coimbra – IU – 1932 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 2 exemps. – BGUC - Gav. - 5-37-25-152 (c. 36 pp.)
 20. CARVALHO, Joaquim de – Newton e o ideal da ciência moderna – Coimbra – IU – 1932 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 3 exemps. – BGUC - Gav. - 5-10A-50-56 (c. 15 pp.)

21. CARVALHO, José Maurício de – Theses atque theologica inauguralis dissertatio, quas, pro laurea, doctorali obtinenda – Coimbra – IU – 1855 - Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-3-72 (c. 54 pp.)
22. CARVALHO, Joaquim de – Manifesto do Reino de Portugal – Coimbra – IU – 1924 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-30- 60 (c. 45 pp.)
23. CARVALHO, Joaquim de – Uma epístola de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo – Coimbra – IU – 1926 – Coimbra – Imprensa da Universidade – - do Instituto de Coimbra – BGUC - Gav. - 5-37-6-80 (c. 25 pp.)
24. CARVALHO, Ruy Galvão de – Três ensaios sôbre Antero de Quental – Coimbra – IU – 1934 – Coimbra – Imprensa da Universidade – - do Instituto de Coimbra – BGUC - Gav. -5-37-6-195 (c. 172 pp.)
25. CASTILHO, Antonio Feliciano de – As Sabichonas – Coimbra – IU – 1925 – 2ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37- 25-172 (c. 250 pp.)
26. CASTILHO, Antonio Feliciano de – O misanthropo – Coimbra – IU – 1926 – 2ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37- 25-154 (c. 200 pp.)
27. CASTILHO, Antonio Feliciano de – O médico á força – Coimbra – IU – 1927 – 3ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37- 25-158 (c. 266 pp.)
28. CASTILHO, Antonio Feliciano de – O doente de scisma – Coimbra – IU – 1926 – 2ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. 5-37-25-160 – BGUC - Gav. - 5-37-25-159 (c. 223 pp.)
29. CASTILHO, Antonio Feliciano de – O Avarento – Coimbra – IU – 1925 – 2ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. 5-37-25-155 – BGUC - Gav. - 5-37-25-156 (c. 450 pp.)
30. CASTILHO, Antonio Feliciano de – Tartufo – Coimbra – IU – 1924 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-25-153(c. 262 pp.)
31. CASTRO, Eugénio de – Consagração Académica de Henrique Lopes de Mendonça – Coimbra – IU – 1933 - Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Dantas (Júlio) – BGUC - Gav. - 5-37-25-141 [ver #40] (c. 72 pp.)
32. CASTRO, Eugénio de – Versões portuguesas de “ La cigale et la fourmi”, de La Fontaine – Coimbra – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 6 exemps. – BGUC - Gav. - 5-37-21-27 (c. 8 pp.)
33. CASTRO, Eugenio de – Éclogas – Coimbra – IU – 1929 – 1 folh. – Coimbra – Imprensa da Universidade – 5 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-2 (c. 50 pp.)
34. O Centenário do Marquez de Pombal – Coimbra – IU – 1882 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-9-32 (c. 21 pp.)
35. CHERBULIEZ, Victor – Feitiços da mulher feia – Coimbra – IU – 1876 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-27-4 (c. 260 pp.)
36. CIDADE, Hernani – Ensaio sôbre a Crise mental do século XVIII – Coimbra – IU – 1929 – 1 vol. – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-5-31 (c. 220 pp.)
37. CIDADE, Hernani – Montaigne - génese da sua atitude espiritual – Coimbra – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 2 exemps. – BGUC - Gav. - 5-37-28-87 (c. 15 pp.)
38. CORREA, Gaspar – Lendas da India – Coimbra – IU – Tomo I - parte I (1922) - Tomo I - parte II (1921) - Tomo II - parte II (1925) - Tomo III - parte II (1931) – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-21-1 a 4 [ver #44] (tomo I, parte I + tomo I, parte II + tomo II, parte II + tomo III, parte II = c. 2027 pp.)
39. Correspondência de Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. Correspondência trocada entre o historiador e o bibliografo da literatura portuguesa por Alvaro Néves – Coimbra – IU – 1928 – 1 vol. – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-15-32 (c. 155 pp.)
40. DANTAS, Júlio – Consagração Académica de Henrique Lopes Mendonça – Coimbra

- IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-25-141 [ver #31]
41. DANTAS, Júlio – Elogio de Raimundo António de Bulhão Pato – Lisboa – IU – 1915 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-9-7 (c. 72 pp.)
42. DUMAS FILHO, Alexandre – O Doutor Servans – Coimbra – IU – 1861 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-13-55 (c. 208 pp.)
43. FEIJÓ, António – Transfigurações. 1878-1882 – Coimbra – IU – 1882 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-31-56 (c. 62 pp.)
44. FELNES, Rodrigo José de Lima – Lendas da Índia por Gaspar Correa – Coimbra – IU – tomo I - parte I (1922) - tomo I - parte II (1921) - tomo II - parte II (1925) - tomo III - parte II (1931) – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-21-1 a 4 [ver #38]
45. GAIO, Manuel da Silva – Os Vencidos da Vida. Prefácio do Dr. Joaquim de Carvalho – Coimbra – IU – 1931 - Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-2 (c. 82 pp.)
46. Liga Nacional de Instrução - Arquivo dos seus trabalhos. Série III - nºs 1, 2, 3 e 4. Janeiro a Dezembro de 1917 – Lisboa – IU – 1918 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-16 (c. 100 pp.)
47. LARCHER, Jorge das Neves – Castelos de Portugal. - Distrito de Leiria – Lisboa – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-17 (c. 242 pp.)
48. Livro comemorativo da Fundação da Cadeira de Estudos Camonianos – Coimbra – IU – 1927 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. 5-37-9-37 – BGUC - Gav. - 5-37-9-37 (c. 150 pp.)
49. LÔBO, Francisco Rodrigues – Églogas. Conforme a edição princeps. (1605). Introdução e notas de José Pereira Tavares. Biblioteca de escritores portugueses (serie C) – Coimbra – IU – 1928 - Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-4-32 [ver #85] (c. 260 pp.)
50. LOPES, David – Crónica do felicíssimo rei D. Manuel composta por Damião de Góis – Coimbra – IU – 1926 - Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Carvalho (J. M. Teixeira de) – BGUC - Gav. - 5-37-9-42 a 45 [ver #13]
51. MADUREIRA, Joaquim (Braz Burity) – Teatro e artistas – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Carvalho (J. M. Teixeira de) – BGUC - Gav. - 5-37-2 [ver #6 e 14]
52. RAMOS, Gustavo Cordeiro – Sôbre três tragédias inglesas com motivos portugueses – Coimbra – IU – 1920 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-9-9 (c. 202 pp.)
53. RAMOS, João de Deus – Guia prático e theorico da Cartilha Maternal ou arte de leitura de João de Deus – Coimbra – IU – 1901 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-15-74 (c. 192 pp.)
54. RAMOS, João de Deus – Os altos princípios do Método de João de Deus – Coimbra – IU – 1902 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 3 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-29-61 (c. 75 pp.)
55. REMEDIOS, Joaquim Mendes dos – Patria e familia, drama em 3 actos – Coimbra – IU – 1891 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-26-4 (c. 142 pp.)
56. REMEDIOS, Joaquim Mendes dos – Theses ex. universa theologia – Coimbra – IU – 1895 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-31-57 (c. 25 pp.)
57. REMEDIOS, Mendes dos – As “horas de Nossa Senhora” da Bibliotheca da Universidade de Coimbra – Coimbra – IU – 1906 – 1 folh. – Coimbra – Imprensa da Universidade – Publicação da Biblioteca Geral – BGUC - Gav. - 5-37-32-33 (c. 22 pp.)
58. REMEDIOS, Mendes dos – Carta exhortatoria aos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal – Coimbra – IU – 1909 – 1 folh. – Coimbra – Imprensa da Universidade – Propriedade e edição da Biblioteca Geral – BGUC - Gav. - 5-37-20-47 (c. 48 pp.)
59. REMEDIOS, Mendes dos – Moedas romanas da Bibliotheca da Universidade de

- Coimbra – Coimbra – IU – 1905 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-32-15 (c. 75 pp.)
60. REMEDIOS, Mendes dos – Philomena de S. Boaventura – Coimbra – IU – 1907 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-33-85 (c. 40 pp.)
61. REMÉDIOS, Mendes dos – Poesias inéditas de Frei Agostinho da Cruz – Coimbra – IU – 1924 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-9-25 (c. 181 pp.)
62. RICARD, Robert – Documents des bibliothèques espagnoles relatifs au Brésil – Coimbra – IU – 1924 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-8-26 (c. 18 pp.)
63. RIBEIRO, Vítor – Privilégios de estrangeiros em Portugal – Coimbra – IU – 1917 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 2 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-9-8 (c. 56 pp.)
64. RODRIGUES, José Maria – A propósito das éclogas de Vergílio e de Camões – Coimbra – IU – 1931 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. Falta (c. 16 pp.)
65. RODRIGUES, José Maria – A propósito do testamento de Simão Vaz de Camões – Coimbra – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – - do Instituto de Coimbra – BGUC - Gav. - 5-37-6-46 (c. 18 pp.)
66. RODRIGUES, José Maria – Algumas observações a uma edição comentada dos Lusíadas – Coimbra – IU – 1915 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-21-38 (c. 128 pp.)
67. RODRIGUES, José Maria – As frases do tipo: Tenho dó de si; vou consigo. - A sua origem e legitimidade – Coimbra – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-28-81 (c. 14 pp.)
68. RODRIGUES, José Maria – Camões e a infanta D. Maria – Coimbra – IU – 1910 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-6-13 (c. 276 pp.)
69. RODRIGUES, José Maria – Camões: O Soneto “Quando cuido” – Coimbra – IU – 1929 – 1 folh. – Coimbra – Imprensa da Universidade – 2 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-33-42 (c. 16 pp.)
70. RODRIGUES, José Maria – Episódios da “Questão da Sebenta” – Coimbra – IU – 1934 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-28-94 (c. 12 pp.)
71. RODRIGUES, José Maria – Lição inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos – importância e dificuldades destes estudos – Coimbra – IU – 1925 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-21-8 (c. 32 pp.)
72. ROSENMÜLLER, Ern. frid. Car. – Analecta arabica – Lipsiae – IU – 1825 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Parte I – BGUC – Gav. - 5-37-7-42 (c. 80 pp.)
73. RÜEGG, August – Das Pindarische in der Poesie des Camões. (Separata da Miscelânea científica e literária dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos) – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – outro exemplar – BGUC - Gav. - 5-37-33-77 (c. 24 pp.)
74. SAINTE-BEUVE – Retratos de mulheres. Traduzidos por António Sérgio – Coimbra – IU – 1932 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-3-92 (c. 88 pp.)
75. SALDANHA, Jozé da Natividade – Poemas oferecidas aos amantes do Brazil – Coimbra – IU – 1822 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-27-25 (c. 136 pp.)
76. SANCHES, A. N. Ribeiro – Cartas sobre a Educação da Mocidade – Coimbra – IU – 1922 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Nova edição – BGUC - Gav. - 5-37-38-25 (c. 235 pp.)
77. SANTOS, Augusto Joaquim Alves dos – Elogio funebre do Conselheiro de Estado Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro proferido nas exequias solemnes mandadas celebrar pelo partido regenerador no Templo de S. Domingos de Lisboa no dia 13 de Novembro de 1907 – Coimbra – IU – 1907 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Mais 1 exemplar – BGUC - Gav. - 5-10D-62-94 (c. 48 pp.)

78. SANTOS, Marques dos – A vida e a obra de Louis Pasteur. Sua influência na Universidade e na cidade de Coimbra – Coimbra – IU – 1923 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-23-7 (c. 56 pp.)
79. SILVA, A. J. Ferreira da – A suposta salicilagem dos vinhos portugueses no Brasil (1900-1902). Memórias, notas e documentos – Coimbra – IU – 1919 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-20-36 (c. 572 pp.)
80. SILVA, Agostinho da – Miguel Eyquem. Senhor de Montaigne – Coimbra – IU – 1933 – Coimbra – Imprensa da Universidade – - do Instituto de Coimbra – BGUC - Gav. - 5-37-6-50 (c. 120 pp.)
81. SILVA, Amadeu – História Genealógica da Casa Real Portuguesa - notas inéditas de D. António Caetano de Sousa – Coimbra – IU – 1918 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 3 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-9-4 (c. 21 pp.)
82. SILVA, Luciano Pereira da – As obras de Pedro Nunes – sua cronologia bibliográfica – Coimbra – IU – 1925 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 5 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-8-38 (c. 20 pp.)
83. SILVA, Luciano Pereira da – O “Roteiro” da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração – Coimbra – IU – 1925 – Coimbra – Imprensa da Universidade – do Instituto de Coimbra - 6 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-6-57 a 63 (c. 38 pp.)
84. SILVA, Luciano Pereira da – O diálogo em louvor da nossa linguagem de João de Barros – Coimbra – IU – 1917 – 1 folh. – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-47 (c. 22 pp.)
85. TAVARES, José Pereira – Églogas. Conforme a edição princeps (1605). Biblioteca de escritores portugueses (serie C) – Coimbra – IU – 1928 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Lôbo (Francisco Rodrigues) – BGUC - Gav. - 5-37-4-32 [ver #49]
86. THEOTONIO – Vida do admirável Padre S. Theotónio – Coimbra – IU – 1855 – 2ª edição – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-1-6 (c. 309 pp.)
87. THOMAS, Henry – English translations of portuguese books before 1640 – Coimbra – IU – 1930 – Coimbra – Imprensa da Universidade – 1 exemp. – BGUC - Gav. - 5-37-21-16 (c. 24 pp.)
88. THOMÁS, Pedro Fernandes – Canções populares de Beira com uma introdução por J. Leite de Vasconcellos. Subsídios para a historia da arte portuguesa IX – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-4-8 (c. 65 pp.)
89. TOMÁS, Pedro Fernandes – Canções portuguesas. (Do século XVIII à actualidade). Subsídios para a história da arte portuguesa XXX – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-4-25 (c. 174 pp.)

Dias em que efectuei digitalizações (manhã, tarde ou ambas):

Janeiro	16	17	18	19	20	21	22
	23	24	25	26	27	28	29
Fevereiro	30	31	1	2	3	4	5
	6	7	8	9	10	11	12
	13	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25	26
Março	27	28	29	1	2	3	4
	5	6	7	8	9	10	11
	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25

Total: 22 dias

Anexo 6 – Relatório com a lista de obras em cuja digitalização não participei

LISTA DAS OUTRAS OBRAS DIGITALIZADAS ENTRE 16/01/2012 E 20/03/2012 – BGUC

Número aproximado do total de páginas de todos os volumes digitalizados = 4583

Número de títulos = **11** (alguns deles têm vários volumes)

1 aparecia nos conjuntos de obras recolhidas na biblioteca para digitalizar, ainda que mais tarde se tenha verificado que não aparecia na primeira prioridade de digitalização (possivelmente algum lapso)

Número de volumes = **13** (vários volumes podem pertencer ao mesmo título)

1. ALVES, Francisco Manuel – Memórias archeologico-historicas do Districto de Bragança. Tomo IV – Coimbra – IU – 1911-1918 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-18-18 - Cat. Ext: BIUC (c. 706 pp.)
2. BELL, Aubrey F. G. – O humanista Dom Jerónimo Osório. Trad. do Inglês de António Álvaro Dória com uma introdução de Luiz de Almeida Braga – Coimbra – IU – 1934 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-2 [ver #3 e 7] (c. 212 pp.)
3. BRAGA, Luis de Almeida – O humanista Dom Jeronimo Osorio – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: (Bell Dom Jeronimo Osorio) – BGUC - Gav. - 5-37-2 [ver #2 e 7]
4. CAMÕES, Luis de – Os Lusíadas ... com dois apêndices por A. J. Gonçalves Guimarães – Coimbra – IU – 1929 – 1 vol. – Coimbra – Imprensa da Universidade – 2 exemp. em linho 5-37-31-21 – BGUC - Gav. - 5-37-31-21(c. 470 pp.)
5. CASTANHEDA, Fernão Lopes de – História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses “ Livros I a VI. Conforme a Edição Princeps revista e anotada por Pedro de Azevedo” (1928) Livros VII a IX revista e anotada por P. M. Laranjo Coelho – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-9-35, a, b e c (livros 1 e 2 - c. 540 pp. + livros 3 e 4 – c. 478 pp. + livros 5 e 6 – c. 380 pp. = c. 1398 pp.)
6. CASTRO, Augusto Mendes Simões de – Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal – Coimbra – IU – 1872 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Corte-Real (José Alberto) – BGUC - Gav. - 5-37-27-79 [ver #9] (c. 384 pp.)
7. DÓRIA, António Álvaro – O Humanista Dom Jerónimo Osório – Coimbra – IU – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-2 [ver #2 e 3]
8. DUMAS, Alexandre – Apontamentos d’ Antony – Coimbra – IU – 1837 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-13-54 (c. 215 pp.)
9. ROCHA, Manuel António da Silva – Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal – Coimbra – IU – 1872 – Coimbra – Imprensa da Universidade – Vide: Corte- Real (José Alberto) – BGUC - Gav. - 5-37-27-79 [ver #6]
10. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – Relação de varios casos notaveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa e em outras terras de Portugal, agora reunidos, comentados e dados á luz. – Coimbra – IU – 1925 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-4-40 (c. 276 pp.)
11. SILVA, Carlos Eugénio Correia da – Vita Brevis. Prefácio de Joaquim de Carvalho – Coimbra – IU – 1934 – Coimbra – Imprensa da Universidade – (Paço d’ Arcos) – BGUC - Gav. - 5-37-18-27 (c. 275 pp.)
12. SILVA, Henrique Corrêa da – Memórias de Guerra no Mar – Coimbra – IU – 1931 – Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-3-67 (c. 296 pp.)

13. SILVA, Luciano Pereira da – Astronomia dos Lusíadas – Coimbra – IU – 1915 - Coimbra
– Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. - 5-37-21-32 (c. 249 pp.)
14. TELLES, José Homem Corrêa – Ditos e factos notáveis de varões ilustres – Coimbra – IU – 1851
– Coimbra – Imprensa da Universidade – BGUC - Gav. -5-37-27-88 (c. 102 pp.)

Anexo 7 – Declaração para os autores sem contrato (antes de 2005 inclusive)

Declaração

_____ (nome completo), Portador do Bilhete de Identidade n.º _____, emitido em ____/____/____, pelo SIC de _____/ Portador do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até ____/____/____, residente _____, Autor da obra intitulada “_____” declara que autoriza, por tempo indeterminado e a título gratuito, a digitalização, o carregamento e a divulgação da obra intitulada “_____” nas plataformas de conteúdos digitais da Imprensa da Universidade de Coimbra. Mais declara que a obra acima identificada é original, pelo que desde já assume toda e qualquer responsabilidade decorrente de reclamações ou reivindicações de terceiros relativas à titularidade dos direitos de autor sobre a mesma.

_____, ____ de ____ de ____

(Assinatura conforme BI ou Cartão de Cidadão)

Anexo 8 – Adenda para os autores cujo contrato não prevê a edição digital (contrato anterior a 2008)

Adenda ao Contrato de Edição celebrado entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e

Entre

Universidade de Coimbra, Pessoa Coletiva n.º 501617582, com sede no Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra, através da Imprensa da Universidade de Coimbra, sita na Rua da Ilha, 1 3000-214, Coimbra, representada pelo seu Diretor, Professor Doutor Delfim Ferreira Leão, com poderes conferidos para o efeito pelo Despacho Reitoral n.º 822/2012, de 20 de janeiro, de ora diante designada **Casa Editora**;

E

_____ (**nome do autor**), Portador(a) do BI n.º _____, emitido em ____/____/____, pelos SIC de _____/Portador(a) do Cartão de Cidadão n.º _____, com o número de identificação civil _____, válido até ____/____/____, de ora em diante designados por **Autor(a)**;

Acordam as partes na celebração da presente adenda ao Contrato de Edição datado de ____ de ____ de ____, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

1. O Autor/ A Autora autoriza a Casa Editora a editar em formato digital a obra intitulada “_____”.
2. O Autor/ A Autora autoriza a Casa Editora a comercializar a obra identificada no número anterior através da livraria *on-line* ou de plataformas de venda de conteúdos digitais.

Cláusula 2ª

O Autor/ A Autora prescinde de remuneração pela concessão de autorização para edição em formato digital, publicação e comercialização da obra objeto da presente adenda.

Cláusula 3ª

O Autor/ A Autora autoriza a divulgação da obra através do Google Books, onde serão reproduzidos excertos descontinuados de capítulos, nunca excedendo 30% do total da obra.

Cláusula 4ª

Em tudo o não previsto na presente adenda, aplicam-se as cláusulas constantes do Contrato de coedição celebrado entre a Casa Editora e o Autor/a Autora.

Cláusula 5ª

A presente adenda entra em vigor na data da sua assinatura.

Feito em duplicado, ambos originais, sendo um exemplar assinado e rubricado entregue a cada parte.

Coimbra, aos ____ de _____ de 2012

O AUTOR/ A AUTORA

A CASA EDITORA

(nome completo)

Delfim Ferreira Leão

Anexo 9 – Modelo de contrato atual

CONTRATO DE EDIÇÃO

Entre

Imprensa da Universidade de Coimbra, estabelecimento da Universidade de Coimbra, pessoa coletiva n.º 501617582, com sede na Rua da Ilha, n.º1, 3000-214 Coimbra, representada neste ato pelo seu Diretor, Prof. Doutor Delfim Ferreira Leão, com poderes conferidos para o efeito pelo Despacho Reitoral n.º 822/2012, de 20 de janeiro, de ora em diante designada por Casa Editora

E

_____, portador do BI n.º _____, emitido em ____/____/____ pelos SIC de _____/portador do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até ____/____/____ e do NIF _____, de ora em diante designado por Autor/Autora

É celebrado o presente contrato de edição, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

1. O Autor/A Autora é titular dos direitos de autor da obra intitulada “_____”.
2. O Autor/ A Autora autoriza a Casa Editora a editar, em suporte de papel e em suporte digital a obra identificada no número anterior.
3. O Autor/ A Autora autoriza ainda a Casa Editora a divulgar e a comercializar pelos meios que julgar mais adequados, designadamente, através da livraria *on-line* e de plataformas de venda de conteúdos digitais, a obra objeto do presente contrato de edição,

Cláusula 2ª

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o presente contrato abrange uma edição em formato digital e uma edição em suporte de papel, com uma tiragem de ____ exemplares, procedendo-se à seguinte divisão:
 - a. ____ exemplares, sobre os quais não incidirá qualquer percentagem a título de direitos de autor, serão destinados a encargos legais, serviços promocionais e de publicidade, ofertas do Autor/ da Autora e da Casa Editora, ficando desde já estipulado que o Autor/ a Autora terá direito a ____ exemplares para ofertas de carácter pessoal.
 - b. Os restantes ____ exemplares serão destinados à venda ao público.
2. Caso, durante a vigência do presente do contrato a obra se esgote e tanto a Casa Editora como o Autor/ a Autora tenham interesse em reedições ou reimpressões da mesma, poderão as partes, mediante aditamento escrito ao presente contrato, convencionar a respetiva realização

Cláusula 3ª

No âmbito do presente contrato, o Autor/ a Autora obriga-se a:

- a. Entregar à Casa Editora o original da obra em condições de poder fazer-se a sua reprodução;
- b. Responder pela originalidade da obra objeto de edição;
- c. Não contratar nenhuma edição da obra objeto do presente contrato, no todo ou em parte, enquanto este se mantiver em vigor ou não estiverem esgotados todos os exemplares referidos na Cláusula 2ª.
- d. Dar à Casa Editora a preferência, em igualdade de circunstâncias, e bem assim a não autorizar, sem o seu consentimento expresso, a reprodução ou edição, total ou parcial, da obra por qualquer outro meio suscetível de permitir a sua utilização, nomeadamente através de suportes informáticos ou processos eletrónicos.

Cláusula 4ª

No âmbito do presente contrato, a Casa Editora obriga-se a:

- a. Assumir as inerentes despesas com a pré-impressão, impressão, papel, capa e acabamentos;
- b. Mencionar, em cada exemplar, o nome do Autor/ da Autora ou outra designação que o/a identifique;
- c. Facultar ao Autor/ à Autora um jogo de provas em papel ou formato digital, um jogo de prova de página e o projeto gráfico da capa, para efeitos de correção da composição das páginas e promover a sua audição quanto ao projeto gráfico da capa.
- d. Promover à distribuição, venda e publicidade dos exemplares da obra publicada que lhe pertençam;
- e. Entregar ao Autor/ à Autora o número de exemplares convencionados.

Cláusula 5ª

1. Como contrapartida pela concessão de autorização para edição em suporte de papel, publicação e comercialização, a Casa Editora obriga-se a remunerar o Autor/a Autora da seguinte forma:

- a) O Autor/ A Autora receberá uma percentagem de 10% sobre o preço de capa do livro, fixado em euros, ou, em alternativa, prescindirá do pagamento dos direitos de autor, recebendo o número de exemplares correspondente ao seu pagamento.
- b) O pagamento da retribuição devida ao autor será feito em função da liquidação das vendas registadas, em prestações de contas anuais.
- c) Tendo o Autor/ a Autora optado pela alternativa prevista na segunda parte da alínea a), ser-lhe-ão entregues ____ exemplares da obra, que correspondem ao montante de ??? euros.

2. O Autor/ A Autora prescinde de remuneração pela concessão de autorização para edição, publicação e comercialização da obra objeto do presente contrato em formato digital.

Cláusula 6ª

O Autor/ A Autora autoriza a divulgação da obra através do Google Books onde serão reproduzidos excertos descontinuados de capítulos, nunca excedendo 30 % do total da obra.

Cláusula 7ª

A tiragem desta edição será objeto de depósito legal, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de março.

Cláusula 8ª

A Casa Editora concede ao Autor/ à Autora um desconto de 45% na aquisição de livros editados com a sua chancela identificados em lista própria.

Cláusula 9ª

Qualquer correção, alteração ou adaptação do presente contrato está sujeita a forma escrita, carecendo de acordo prévio e assinatura de ambas as partes.

Cláusula 10ª

Em tudo o que for omissivo no presente contrato, serão as relações entre o Autor e a Casa Editora reguladas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e demais legislação interna e internacional aplicável.

Cláusula 11ª

Para a resolução de todos os litígios emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o Foro da Comarca de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

O presente contrato foi feito em duplicado, ambos originais, sendo um exemplar assinado e rubricado entregue a cada parte.

Coimbra, aos ... de ... de ...

O AUTOR

A CASA EDITORA

(Nome do Autor/da Autora)

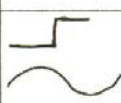

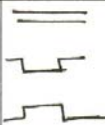
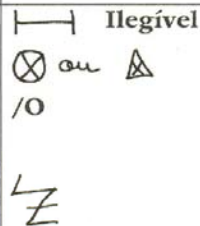
(Prof. Doutor Delfim Ferreira Leão)

Anexo 10 – Mapa de correções usado na tarefa de revisão de provas

MAPA DE CORRECÇÕES

(Segundo a NP-61, p. 8 de 9)

Justificação		Sinais
Acrescentar	Uma letra	/
	Uma palavra	/
	Várias palavras	/ ver original, p. ...
Substituir	Uma letra	/
	Uma palavra	/H
	Um tipo ou corpo de letra	/H tipo pretendido
	Uma letra por outra de outro tipo	/ tipo pretendido
	Versais por versaletes	/=
	Versaletes por versais	/≡
Suprimir	Uma letra	/S
	Uma palavra	/H
	Um sinal de pontuação	/S
Trocar	Letras	~
	Palavras consecutivas	⌋
	Várias palavras	3 1 2 4
	Linhas	- 2 - 1 - 4 - 3
Aumentar espaço	Entre palavras	/H
	Entre linhas	>—<
Diminuir espaço	Entre palavras	/A
	Entre linhas	←→
	Entre as letras para formar um carácter	U

Justificação		Sinais
Parágrafos	Abrir Suprimir	
Alinhamento vertical	À esquerda À direita	
Alinhamento horizontal	De elementos na palavra De expoentes De índices	
Emenda	Repetida Anulada Posterior De divisão silábica	/// — vive T / /
Elegibilidade	De palavras no original De números no original De letras defeituosas no texto De letras voltadas ou deitadas	
Alinhamento	De espaço levantado De entrelinha levantada	/ X X

Anexo 11 – Fotografias relativas ao controlo de qualidade de impressão realizado



Figura 1 – Corte



Figura 2 – Corte e vincos

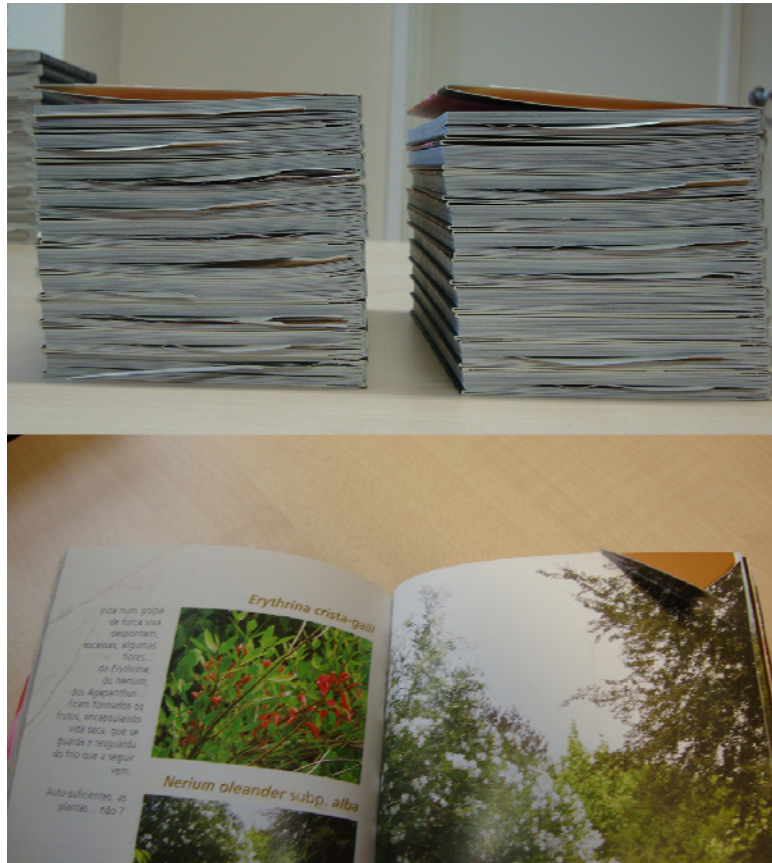


Figura 3 – Corte, vincos e sujidade

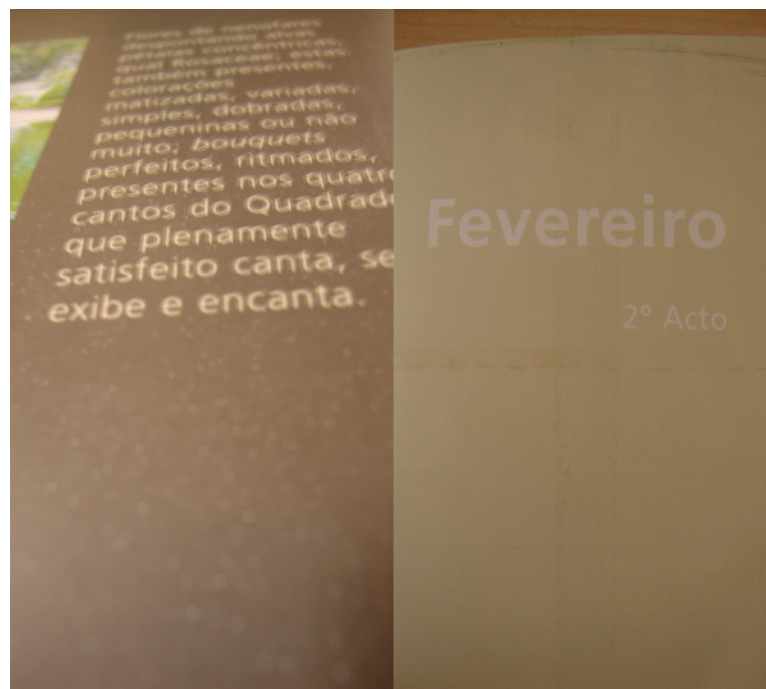


Figura 4 – Fundo com grão e estrias de impressão

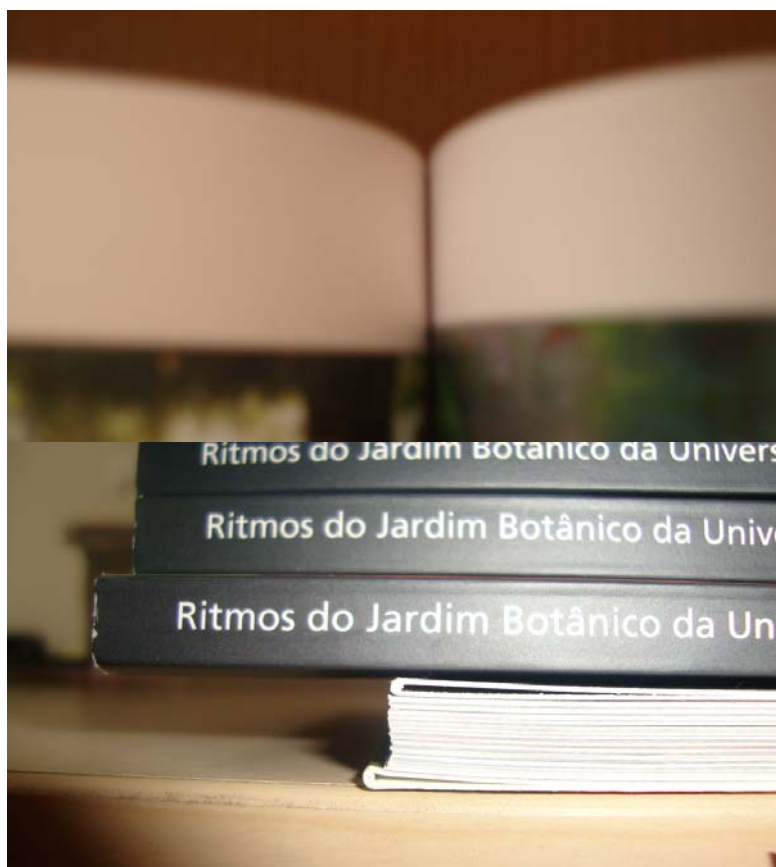


Figura 5 – Montagem

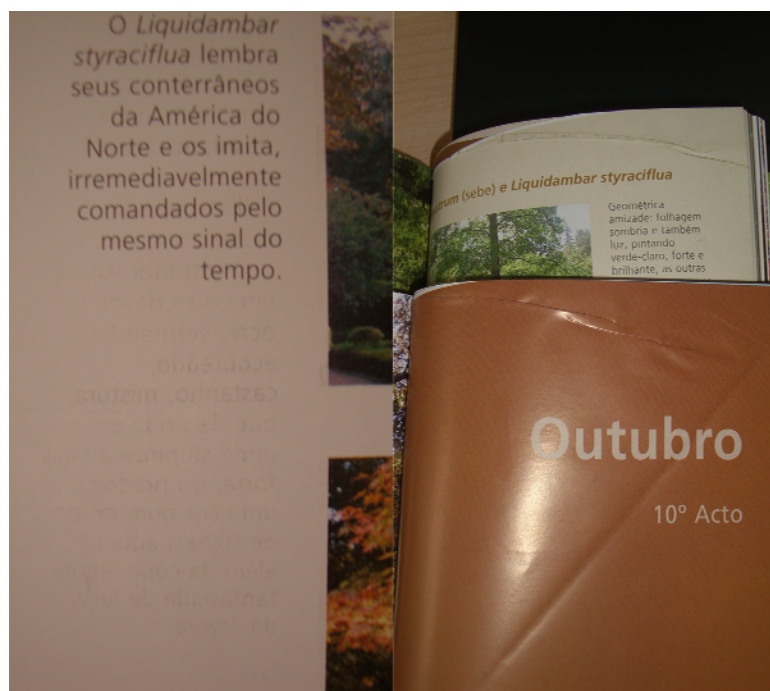


Figura 6 – Secagem e vincos

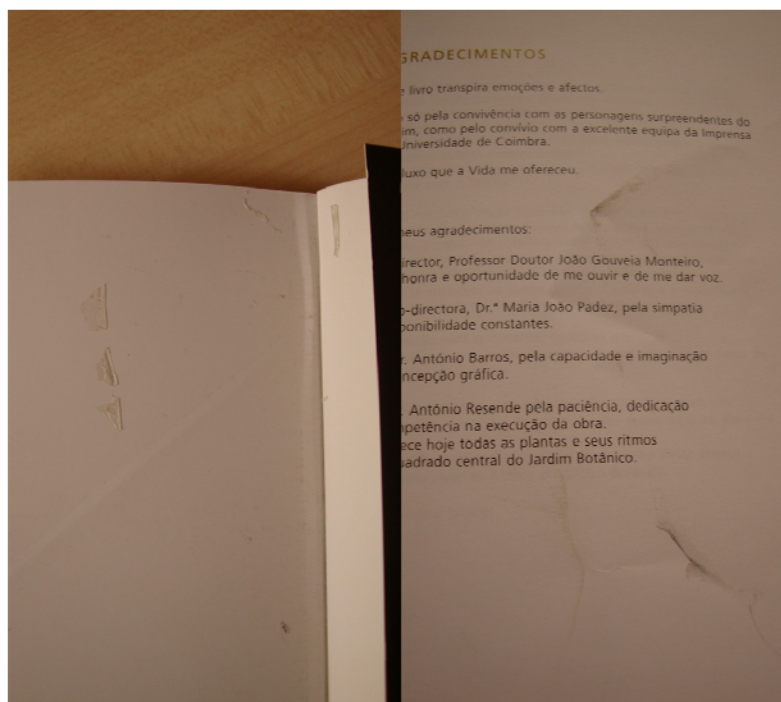


Figura 7 – Sujidade



Figura 8 – Sujidade

Anexo 12 – Comunicados de imprensa redigidos

África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)

No próximo dia 9 de Janeiro, às 18h00, irá decorrer, no Centro Cultural D. Dinis, a apresentação da obra *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)*, de Jorge Seabra. A apresentação estará a cargo de João Mário Grilo. Esta será acompanhada de uma sessão cinematográfica, com a exibição do filme *Mudar de Vida* (1966), de Paulo Rocha, no Teatro Académico de Gil Vicente, às 21h30.

Esta obra, destinada a um público generalista, baseia-se numa tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra e nela faz-se uma análise da forma como a ficção cinematográfica produzida durante o Estado Novo retratava o império colonial, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do regime. A investigação, apoiada numa seleção de onze obras, divide-se em três grandes temáticas: a conquista, a colonização e o regresso. A expressão “uma África, dois impérios” resume esta obra, apontando para uma visão simultaneamente luminosa e sombria dos territórios ultramarinos.

Jorge Seabra é professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, lecionando disciplinas de cinema na área de Estudos Artísticos. Desde o início dos anos noventa que investiga as relações entre o cinema, a memória e a identidade, principalmente sobre o Império Colonial Português, dando origem à produção de uma tese de mestrado (1993), de doutoramento (2007), assim como de várias publicações, conferências, e à orientação de seminários.

Da Bolsa e suas Operações

O Governador do Banco de Portugal e o Reitor da Universidade de Coimbra têm o gosto e a honra de convidar V.^a Ex.^a para a apresentação da 2.^a edição da obra *Da Bolsa e suas Operações*, a decorrer no próximo dia 9 de abril, pelas 18h00, na Praça D. Pedro IV, n.º 26 (Rossio), em Lisboa. Esta obra, datada inicialmente de 1906, é da autoria de Ruy Ennes Ulrich, tendo sido revista e anotada por Maria Eugénia Mata, David Justino e José Carlos Rodrigues da Costa.

Esta obra, apesar da sua idade, continua a ser pertinente, dada a atualidade dos temas tratados, tais como os conflitos de interesse nos mediadores de Bolsa, a especulação e a representatividade das cotações, a propriedade das Bolsas e os riscos operacionais nas transações. Apesar dos desenvolvimentos tecnológicos, os mercados continuam a ser dominados pela inconstância e imprevisibilidade do ser humano. Para além do apelo cultural de alguns dos seus capítulos, a sua linguagem acessível torna-a numa obra ideal para os alunos dos primeiros anos das licenciaturas de economia, gestão ou direito.

Ruy Ennes Ulrich, administrador do Banco de Portugal em 1914 e 1928 e autor de uma vasta bibliografia sobre temas económicos, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, durante a primeira década do século XX, tendo sido reintegrado no quadro do pessoal docente em 1936. Também prestou serviço na Universidade de Lisboa, chegando a diretor da Faculdade de Direito da mesma. Maria Eugénia Mata é professora Associada com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, sendo responsável por cadeiras na área de História Económica e de História do Pensamento Económico.

David Justino, autor do livro *História da Bolsa de Lisboa*, é professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma universidade na área de Sociologia Histórica.

José Carlos Rodrigues da Costa é professor Convidado do Departamento de Finanças do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e quadro superior da Bolsa de Valores em Lisboa, onde tem acompanhado a recente reimplantação do mercado de capitais português e o subseqüente processo de fusão entre Bolsas.

Do oitavo passageiro ao clone número 8

No próximo dia 12 de abril, pelas 18h00, será apresentada, no *Foyer* do Teatro Académico Gil Vicente (TAGV), a obra *Do oitavo passageiro ao clone número 8*, de autoria de Elsa Rodrigues. Os apresentadores deste evento serão os Senhores Doutores Berta Ferreira e Alexandre Sá.

Esta obra, baseada na tese de doutoramento da autora, tem como objeto de análise a tetralogia dos filmes de ficção científica *Alien*, protagonizados pela personagem Ellen Ripley. Como nos é dito na introdução deste livro, a grande proposta de leitura para esta saga assenta na questão da identidade e hibridação do próprio sujeito, bastante pertinente na cultura pós-moderna. A investigação de Elsa Rodrigues centra-se no aprofundamento de temas como a alteridade, a tecnologia, o espaço e o tempo, considerando que a ficção científica tem a vantagem de levantar uma série de questões epistemológicas “que obrigam o espectador a refletir”.

Elsa Margarida Rodrigues é doutorada em Sociologia pela FEUC, tendo centrado a sua investigação na ficção científica enquanto ferramenta para imaginar e construir o futuro. É licenciada em Filosofia e em Jornalismo, pela Faculdade de Letras da mesma Universidade, e tem conciliado uma carreira docente com a escrita, a investigação e a colaboração em órgãos de comunicação.